

PARÁ Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA) • ANO 2 • Nº 8 • MAI / JUN / JUL 2009

Eclusas de Tucuruí

Esta imagem é apenas a maquete do empreendimento, mas serve de aperitivo para o que está por vir. Após mais de 20 anos, as estruturas que vão devolver a navegabilidade do rio Tocantins estão em fase final de construção, para alívio dos produtores.



FIPA 2009

Empresas comprovam como a participação na Feira da Indústria fortalece suas marcas e seus produtos



www.fiepa.org.br

21 A 25 DE SETEMBRO DE 2009
ETAPA ESTADUAL



OLIMPÍADA DO CONHECIMENTO

NESTA SAUDÁVEL COMPETIÇÃO, TODOS SAEM GANHANDO E A INDÚSTRIA MOSTRA DE QUE FORMA É POSSÍVEL CONTRIBUIR PARA PROPORCIONAR UM SALDO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

SÃO NOVE MODALIDADES:

- ◎ SOLDAGEM
- ◎ ELETRICIDADE PREDIAL
- ◎ MECÂNICA DIESEL
- ◎ TORNEARIA
- ◎ MECÂNICA DE AUTOMÓVEL
- ◎ CONFECÇÃO DE CALÇADOS
- ◎ ELETRICIDADE INDUSTRIAL
- ◎ ELETRÔNICA INDUSTRIAL
- ◎ MARCENARIA

OS VENCEDORES DA ETAPA ESTADUAL DA OLIMPÍADA DO CONHECIMENTO PARTICIPARÃO DA ETAPA NACIONAL, EM 2010, NO RIO DE JANEIRO. ENTRE EM CONTATO COM O SENAI E GARANTA A EXPOSIÇÃO DA SUA MARCA NESTE GRANDE EVENTO.

(91) 4009-4761



EDITORIAL

José Conrado Santos

Presidente do Sistema FIEPA (Federação das Indústrias do Estado do Pará)



NÃO PODEMOS MAIS PERDER OPORTUNIDADES

Parece que produzir na Amazônia está virando cada vez mais uma luta de titãs do que uma consequência natural do aproveitamento do potencial estadual. A geração de emprego e renda, inerente ao processo industrial, está ameaçada. Afinal, o que se pode esperar de um estado que vive à beira de um colapso a cada momento? Primeiro, a asfixia do setor florestal. Sem madeira legalizada para produzir, muitas empresas fecharam. Em seguida, o atraso na liberação das licenças ambientais para as mineradoras. Algumas ainda aguardam a autorização para poder começar o trabalho. E, mais recentemente, as ações do Ministério Público Federal que minaram a pecuária e os frigoríficos paraenses.

Como o setor produtivo vai gerar emprego diante de tantas batalhas que precisa travar? Vai chegar o momento em que o empresário, cansado de lutar, vai desistir e deixar o estado. O que vai ser de nosso Pará? Que alternativas estão sendo propostas para resolver tantos problemas que foram criados desde a ocupação da região amazônica? Tantas perguntas, poucas respostas.

O Pará já perdeu grandes oportunidades. A história comprova isso. Perdemos a borracha para os asiáticos. A castanha, que não é mais do Pará, foi rebatizada como castanha do Brasil. Perdemos a Copa de 2014, segundo as conversas nas mesas redondas, pela pura falta de lobby. Agora, vamos ter que ver Manaus mudar completamente e o Pará vai ficar apenas assistindo o bonde passar. Não bastassem tantas perdas, o Pará se tornou uma ilha, pois sem incentivos fiscais as oportunidades cruzaram nossas fronteiras e se instalaram nos estados vizinhos, onde existem políticas de incentivo que atraem novas empresas e mantêm as indústrias lá instaladas.

O que está faltando para nossos governantes acordarem e perceberem que o estado precisa mudar, não só nas questões políticas, mas principalmente na mentalidade produtiva em si? Não podemos deixar de ter a Amazônia, e consequentemente, o Pará, como uma parte do mapa geoeconômico do país. Precisamos produzir neste chão.

Ainda restam empresários que acreditam neste estado e ainda estão aqui. Temos força e coragem de lutar

pelo crescimento econômico e sustentável dessa região, e pretendemos agora contar com novos parceiros para esta importante missão. Já apresentamos várias propostas, mas a retomada do potencial produtivo parte fundamentalmente das ações do governo, que, através de relevantes mudanças no seu órgão ambiental, promete destravar a liberação das autorizações florestais. Assim, espera-se resolver um dos grandes entraves do setor florestal.

Essa é uma das medidas que podem dar uma sobrevivência à indústria da madeira paraense, que já demitiu mais de 30 mil pessoas, segundo a Uniflor (União das Entidades Florestais do Estado do Pará). Os gestores

O setor produtivo paraense só quer ter a chance de expor e mostrar que é possível produzir em um estado permanentemente vigiado pelos olhos internacionais

governamentais não poderão ser paternalistas e assumir tantos postos de trabalho, até porque a máquina estatal já é inchada. Então, só resta à iniciativa privada receber apoio para poder aumentar a oferta de empregos. Então, o que fazer para erguer essa parceria de mão dupla? A FIEPA tem sugestões.

Por exemplo: desburocratizar as principais secretarias do Estado. Torná-las mais ágeis e produtivas. O governo tem que mudar a ideia que perdura no imaginário popular de que tudo é moroso demais. É importante descentralizar as decisões, como, por exemplo, criar representantes da Sema em cidades-polos do estado. Só assim a morosidade dará lugar para a produtividade.

O governo tem que formar parcerias com todos que querem ver o Pará crescer de fato. Investir em pesquisas para encontrar alternativas factíveis para o setor industrial. Não podemos aceitar passivamente que embarguem nossas obras, fechem nossas empresas e destruam a imagem do Pará. Temos que mudar isso, mas de forma inteligente. Ofertando alternativas. É isso que propomos. Só não podemos esperar por muito tempo. Talvez seja tarde demais para o Pará. ■



www.fiepa.org.br

Diretoria da Federação das Indústrias do Pará / FIEPA

Quadrênio 2006/2010

PRESIDENTE: José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Sidney Rosa - 1º VICE-PRESIDENTE

Gualter Parente Leitão - 2º VICE-PRESIDENTE

Manoel Pereira dos Santos Jr.

Luiz Carlos da Costa Monteiro

Antônio Georges Farah

Ronaldo Maiorana

Roberto Kataoka Oyama

Juarez de Paula Simões

Fernando Antônio Ferreira

Nilson Monteiro de Azevedo

Luiz Otávio Rei Monteiro

DIRETORES

José Duarte de Almeida Santos - DIRETOR SECRETÁRIO DA FIEPA

Antônio Djalma Vasconcelos - 2º DIRETOR SECRETÁRIO

Ivanildo Pereira de Pontes - DIRETOR EXECUTIVO

Roberto Rodrigues Lima - 2º DIRETOR TESOUREIRO

Carlos Jorge da Silva Lima

José Maria da Costa Mendonça

Marcos Marcelino de Oliveira

Fábio Ribeiro Vasconcellos

Jefferson Rodrigues Brasil

Antônio Pereira da Silva

Pedro Flávio Costa Azevedo

Paulo Afonso Costa

Jadir Seramucin

Antônio Emil Macedo

Eugênio Carlos Lopes Victorasso

Hélio de Moura Melo Filho

Ana Clara Rodrigues Boralli

Sônia Kerber

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Fernando de Souza Flexa Ribeiro

Luizinho Bartolomeu de Macedo

Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Roberval Souza

João Batista Corrêa Filho

CHEFIA DE GABINETE

Fábio Contente

PARÁ Industrial

Revista do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA)

PRODUÇÃO

temple
COMUNICAÇÃO

Av. Conselheiro Furtado, nº 2865

Edifício Síntese 21 - 12º andar

Bairro São Brás | Cep: 66040-100

www.temple.com.br | temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro

Edição: Fernando Alves

Projeto gráfico: Calazans Souza

Tratamento de imagem e diagramação: Antônio Machado e Calazans Souza

Reportagens: Alan Cativo, Alessandra Barreto, Bosco Galvão, Fabrício Gesta, Lorena Nobre, Nathalia Petta, Samilla Cavalcante, Tiago Chaves e Yuri Age

Revisão: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE

Temple Comunicação

Walkiria Medeiros - walkiria@temple.com.br

(91) 3205-6526 / 3205-6500

Impressão: Marques Editora

Tiragem: 15.000 exemplares

FIEPA: Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1588. Cep: 66035-190.

(91) 4009-4900 / (91) 3224-1995

ascom@fiepa.org.br

* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da FIEPA.

MARCELO LELIS



A CDI foi estruturada para implantar distritos industriais e não para se responsabilizar pela manutenção deles.”

ENTREVISTA:

Ana Marly Lameira, presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial. Pág. 8

- 3 • **EDITORIAL** | José Conrado: as parcerias público-privadas podem amenizar a onda de desempregos na indústria
- 12 • **NEGÓCIOS** | Empresas reforçam suas marcas e se aproximam do consumidor durante a FIPA 2009
- 18 • **ECONOMIA** | Cenário da crise: potenciais industriais fecham as portas à espera de dias melhores
- 22 • **INDÚSTRIA SOCIAL** | Programas da Copala transformam a realidade de comunidades carentes



ILUSTRAÇÃO: MARIVALDO SANTANA / CALAZANS SOUZA

ECLUSAS DE TUCURUÍ

Após 20 anos de espera, enfim as eclusas entram na reta final de construção.

Pág. 24

- 30 • **SUSTENTABILIDADE** | Como novas rotinas e uma boa dose de planejamento ajudam a manter a saúde da sua empresa
- 34 • **CONSTRUÇÃO CIVIL** | Um novo horizonte se abre para o setor com o Programa Minha Casa, Minha Vida
- 38 • **EDUCAÇÃO** | Escolas do Sesi inovam a metodologia de ensino com a aplicação da tecnologia Lego
- 42 • **INFORMÁTICA** | Certificação oferecida pelo Senai renova os ânimos de profissionais da área de TI
- 44 • **GESTÃO** | Parceria entre IEL e Sippa incentiva empresários do setor da panificação a buscar a profissionalização

REPRODUÇÃO



leia mais...

RADAR DA INDÚSTRIA | 7 Inauguração da Fábrica Santa Terezita

VIDA CORPORATIVA | 33 O papel da comunicação nas novas mídias sociais

INDÚSTRIA EM FOCO | 47 30 anos de MRN retratados por João Ramid

COLABORADORES

- DERYCK MARTINS** | Sec. exec. do Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEPA
- DALBERTO ULIANA** | Presidente do Sind. das Ind. de Carnes e Derivados do Pará
- CARLOS JORGE** | Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Pará



SESI Segurança e Saúde do Trabalho

Você quer reduzir os acidentes de trabalho na sua indústria?

O SESI coloca à sua disposição uma série de materiais com informações sobre comportamento preventivo na indústria. Acesse, www.sesi.org.br/campanhasst conheça e solicite, gratuitamente, este novo material para você empresário e para seus funcionários. É um amplo material educativo, com conteúdo específico para a indústria em geral e para nove setores industriais. São cartilhas, folders, baralho, um clipe e um conjunto de nove filmes.

Indústria segura é com prevenção que se faz.



Mais Informações:
(91) - 4009-4922

CNI
SESI
SENAI
IEL
SESI
Uma iniciativa da indústria brasileira



JAIME SOUZA

MANEJO FLORESTAL I

O setor florestal paraense aguarda ansioso por uma posição do Serviço Florestal Brasileiro sobre a revisão do primeiro edital de licitação de uma Floresta Nacional no Pará, a Saracá-Taquera, que abrange os municípios de Faro, Oriximiná e Terra-Santa, no oeste do estado. Entidades do setor questionam os preços das madeiras estipulados pelo SFB. O metro cúbico de algumas espécies teve reajuste de mais de 30% no intervalo de tempo entre o pré-lançamento e o lançamento definitivo do edital. Se os valores não forem revistos, a participação de empresas paraenses na licitação pode se tornar inviável.

MANEJO FLORESTAL II

Com a licitação, o governo federal vai conceder a empresas o direito de desenvolver o manejo florestal em terras públicas por um período de 40 anos, o que deve dar novo fôlego à atividade no estado. No caso da Flona Saracá-Taquera, a expectativa do governo é que a concessão gere 2,6 mil empregos diretos e indiretos e traga novos investimentos e melhorias em infraestrutura para a região onde a floresta está inserida. A área em questão tem mais de 140 mil hectares. O SFB já anunciou que ainda neste ano deverá lançar o edital de mais duas Flonas na região oeste do Pará.



DAVID ALVES-AG PARÁ

No comando

O paraense Idacir Peracchi (*à esquerda na foto*), diretor-presidente da Juruá Florestal - empresa que desenvolve manejo florestal e beneficia produtos de madeira -, é o novo presidente da Aimex (Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará). Ele substituiu Manoel Pereira, do grupo Cikel, e assume num momento complicado para o setor, que luta contra a burocracia para conseguir a liberação de matéria-prima para as indústrias e ainda enfrenta o esfriamento da demanda causado pela crise mundial. A nova diretoria da Aimex foi eleita para o biênio 2009-2011.



FABRÍCIO GESTA

Ação Global

Consultas médicas, emissão de documentos, orientação jurídica e torneios esportivos. Assim foi o Ação Global 2009, grande mutirão de cidadania realizado em maio para a população carente dos municípios de Marabá e Santarém, no nordeste e oeste do Pará. A ação, que ocorreu num mesmo dia em todos os estados brasileiros, realizou mais de 61 mil atendimentos somente no Pará, beneficiando mais de 20 mil pessoas com serviços nas áreas de saúde, cidadania, educação, cultura, esporte e lazer. O Ação Global, que é uma iniciativa do Sesi e da Rede Globo, contou com a participação de mais de 2 mil voluntários e mais de 100 parceiros entre poder público, ONGs e empresas do setor industrial para oferecer cerca de 40 serviços relevantes e gratuitos para a população.



YURI AGE

SILÍCIO NO DIA A DIA

O telefone celular que é tão útil no seu dia a dia pode até ser de marca japonesa ou americana, mas há grandes chances dele ter origem paraense. É que o silício metálico é uma das matérias-primas usadas na fabricação dos aparelhos e um dos principais fornecedores do produto é a Globe Metais, indústria instalada em Breu Branco, nordeste do Pará. O silício ainda é utilizado em larga escala na indústria de silicone, alumínio, eletrônica e de células. Esse potencial da Globe Metais foi conhecido in loco por empresários, diretores da FIEPA e deputados estaduais em junho, durante visita que integra o programa de interiorização da federação. A FIEPA continuará rodando o estado, promovendo o intercâmbio entre os empresários e divulgando bons exemplos industriais.



PRÊMIO CNI

Estão abertas as inscrições para o Prêmio CNI de Economia 2009, que incentiva a pesquisa econômica aplicada sobre a indústria e temas relevantes para o crescimento do país. Poderão concorrer ao prêmio trabalhos inéditos, não publicados pela imprensa, internet, em livro ou revista técnica. Os trabalhos poderão concorrer nas categorias de Economia Industrial ou Intermediação Financeira e Crescimento Industrial. O prazo para as inscrições vai até 14 de setembro deste ano. Os prêmios, de R\$ 30 e R\$ 20 mil, serão entregues no Encontro Nacional de Economia. A inscrição, regulamento e o edital já estão disponíveis para consulta no site www.cni.org.br/premiocnideconomia.

MEMÓRIA DA INDÚSTRIA



REPRODUÇÃO/MEMÓRIA DA INDÚSTRIA PARAENSE

Registro da visita, no dia 17 de dezembro de 1958, do então governador do Pará Magalhães Barata à fábrica Santa Terezita durante a inauguração da primeira máquina de empacotar cigarros no estado. Na época, a indústria paraense era próspera, sobretudo em razão do isolamento da região: como o acesso ao estado era limitado, os produtos locais quase não tinham concorrentes.

Ana Marly Lameira da Silva, auditora de finanças e controle do Estado do Pará, assumiu a presidência da CDI (Companhia de Desenvolvimento Industrial) em 2007 com uma missão das mais ingratas: concluir a liquidação da empresa. Não foi adiante. Na verdade, reverteu a tarefa. Ela contou com o apoio da Sedect (Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia) e, ao invés de extinguir a CDI, a atual gestão apresentou cinco projetos para a revitalização e ampliação dos distritos industriais (DIs) do Pará e o projeto de implantação da (ZPE) Zona de Processamento de Exportações, de Barcarena. Desses projetos, quatro já estão com orçamento aprovado e com o cronograma de obras em pleno desenvolvimento.

A expectativa da companhia é que a reestruturação dos espaços industriais estimule a potencialidade produtiva local, incentivando que novos empresários invistam na indústria e fortaleçam a economia paraense. Outra meta é executar a política de desenvolvimento do governo estadual, que prevê investimentos pesados em obras de infraestrutura. Para isso, a companhia teve sua atuação ampliada. Além da implantação das áreas distritais, a CDI também é responsável pela elaboração e cumprimento de normas para os distritos industriais. Isso, explica a presidente, dará mais segurança e organização para os espaços onde estão estabelecidas as principais plantas industriais do estado.

INFRAESTRUTURA DEFICITÁRIA TEM SALVAÇÃO

PARÁ INDUSTRIAL - De que forma a CDI pensa em solucionar problemas históricos vivenciados pelos distritos, como a violência que, infelizmente, já faz parte da rotina dos industriais?

ANA MARLY – A CDI foi estruturada para implantar distritos e áreas industriais, e não para se responsabilizar pela manutenção e pela segurança dos DIs que ela implanta. Uma vez implantados, estes polos passam a gerar receita tributária para os respectivos municípios. Sua infraestrutura passa a integrar a área domínial dos municípios, a quem cabe a responsabilidade pela manutenção. Porém, isso não impede que, mediante parceria, o Estado do Pará colabore com os municípios na realização de obras de recuperação e/ou melhoria dos distritos já implantados. É, aliás, o que já está acontecendo. Se e quando isso ocorre, entretanto, o custo da parceria é arcado pelo Estado, com recursos próprios ou de operações de crédito, de convênios, etc. Não cabe pretender que essa responsabilidade seja transferida para a CDI, até porque a economia interna desta companhia não foi projetada para isto, nem ela tem estrutura para suportar tal encargo. A CDI pode e deve participar dos serviços de manutenção e de recuperação das zonas distritais, elaborando projetos e, se for o caso, gerenciando sua execução. Mas o financiamento desses projetos deve ser proporcionado por outras fontes de recursos que não as receitas próprias da CDI, posto que a

estrutura de receita da companhia não foi dimensionada para suportar o custo que esses projetos implicam.

PARÁ INDUSTRIAL – De que forma uma empresa como a CDI, que estava em processo de liquidação no começo deste governo, pode desenvolver projetos e, inclusive, realizar obras de recuperação dos distritos? Existe verba para que a companhia faça sair do papel os seis projetos de revitalização e ampliação das áreas distritais?

ANA MARLY – Quatro desses projetos já saíram do papel. Estão em fase de execução as obras de recuperação e reestruturação do DI de Ananindeua; a recuperação do sistema viário do DI de Icoaraci; a recuperação, reestruturação e ampliação do DI de Marabá (1ª e 2ª etapas); e a implantação da ZPE de Barcarena. Somente nesses projetos, o governo do Estado está investindo cerca de R\$ 26 milhões. Com a implantação dos DIs de Santarém e Barcarena e da terceira etapa do DI de Marabá, esse montante deve atingir a cifra de R\$ 55 milhões. A quase totalidade dos investimentos previstos para os DIs está alocada no orçamento da Sedect. É que parte desses investimentos é realizada com recursos orçamentários do Estado. Não há sentido em alocar esses recursos na CDI, porque isto implicaria submetê-los ao regime fiscal das sociedades anônimas. Teríamos que recolher os impostos indiretos que sobre eles incidiriam, como o PIS e a Cofins.



A CDI pode e deve participar dos serviços de manutenção e de recuperação das zonas distritais, elaborando projetos e gerenciando a execução. Mas o financiamento desses projetos deve ser proporcionado por fontes de recursos que não as receitas da própria Companhia."

Se, por acaso, os recursos repassados não fossem inteiramente aplicados no exercício, seriam computados como lucro, e, aí, teríamos que recolher o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A alocação desses recursos na CDI implicaria, portanto, uma substancial redução dos mesmos, por conta da tributação a que eles estariam sujeitos.

PARÁ INDUSTRIAL – Como será esse projeto de revitalização e ampliação dos distritos? Qual seriam as obras de infraestrutura implantadas nesses locais?

ANA MARLY – A revitalização dos DIs de Ananindeua, Icoaraci e Marabá consiste na recuperação e reestruturação do sistema viário com o recapeamento asfáltico de vias, recuperação do sistema de iluminação pública e de drenagem, construção de ciclovias e faixas para pe-

destres, tratamento paisagístico dos canteiros e rótulas, implantação de meio fio e sinalização, construção de pátios de acesso, com cancela mecânica para viabilizar o controle de acesso de veículos e pedestres. Para os DIs de Ananindeua e Marabá também está prevista a construção de Centros de Convivência, que disporão de auditórios, salas de treinamento, consultórios médicos e odontológicos, área administrativa, praça ajardinada, quadra poliesportiva e estacionamento.

PARÁ INDUSTRIAL – Muitos lotes dos nossos distritos estão desocupados, abandonados e outros sequer receberam alguma indústria. Este é outro gargalo para o desenvolvimento industrial daquelas áreas? Como será possível ocupar todos os lotes?

ANA MARLY – As ações de fiscalização do cumprimento das normas disciplinadoras da implantação de indústrias nas áreas e distritos industriais foram negligenciadas nas gestões passadas. É provável que isso tenha acontecido por causa do longo período em que a Companhia esteve em liquidação. Hoje, a retomada dessas áreas implica na mobilização de um montante considerável de recursos, do qual a Companhia não dispõe. Há ainda o agravante ▶

FOTOS: MARCELO LEIUS



de que as benfeitorias existentes nas áreas a serem retomadas também são objeto de indenização, o que é outro obstáculo, face o elevado custo que isto pode implicar. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, no DI de Ananindeua, dos 86 lotes comercializados ao longo da existência daquele distrito, apenas 42 plantas industriais se mantêm ativas. A CDI contratou uma consultoria especializada para avaliar a situação jurídica desses imóveis e as alternativas mais viáveis para a retomada. A ideia é iniciar a retomada pelos terrenos que não possuem benfeitorias e promover a intermediação da venda daqueles dotados de instalações fabris. Hoje, o prazo para instalação das plantas industriais está sendo controlado com maior rigor pela CDI. A constituição do condomínio auxiliará o processo de retomada ou de ocupação produtiva das áreas, já que a manutenção de áreas improdutivas implicará um custo para seu proprietário.

PARÁ INDUSTRIAL – A CDI irá revitalizar os distritos, porém a logística para o escoamento da produção daquelas áreas ainda é bastante precária. Existe algum projeto para superar este problema?

ANA MARLY – A política de desenvolvimento implementada pelo governo do Estado tem como premissa a execução das obras de infraestrutura, sem as quais a agregação de valor à nossa produção mineral continuaria a ser apenas um anseio. São obras que, durante muitos anos, estiveram paralisadas ou semiparalisadas, e que, agora, num esforço conjunto dos governos federal e estadual, se tornarão realidade. É o caso da conclusão das eclusas de Tucuruí e da hidrovía Tocantins-Araguaia (*ver matéria na página 26*). Essas duas obras constituem um condicionante para a viabilidade do polo siderúrgico e metal-mecânico que o governo do Estado pretende implantar no município de Marabá. Esse polo terá como âncora uma usina siderúrgica de grande porte, que impulsionará a verticalização da cadeia minero-metalúrgica. Além da siderúrgica, serão disponibilizados para comercialização 14 lotes industriais para abrigar projetos metal-mecânicos de grande e médio portes e 15 para empreendimentos de logística industrial. Obviamente que a implantação de infraestrutura adequada que suporte a demanda existente e a futura é um imperativo. Assim, o governo do Estado, via CPH (Companhia de Portos e Hidrovias), projetou a construção de um porto fluvial multimodal na margem esquerda do rio Tocantins, em Marabá, visando à integração dos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário e a melhoria das condições de escoamento da produção.



A retomada das áreas dos DIs implica na mobilização de um montante considerável de recursos. Há ainda o agravante de que as benfeitorias existentes nas áreas são objeto de indenização. Só no DI de Ananindeua, dos 86 lotes comercializados ao longo da existência daquele distrito, apenas 42 plantas industriais se mantêm ativas.”



PARÁ INDUSTRIAL – E os outros dois projetos já aprovados? Eles também estão sendo pensados com o devido suporte logístico?

ANA MARLY – Acha-se em fase de elaboração pela CPH os projetos executivos para construção de dois terminais hidroviários: um no DI de Icoaraci e o outro no de Ananindeua. Esses terminais disporão de rampas roll-on roll-off e acessos, balanças eletrônicas, galpões, pátio de manobras para carretas, pátio para embarque e desembarque de containers, estacionamento, vestiário e refeitório. O objetivo é oferecer alternativas de escoamento da produção desses DIs até o porto de Belém, pois o acesso rodoviário a esse porto não só tende a ficar mais difícil, por causa da intensificação do tráfego urbano, como também se revela desnecessário, face à alternativa fluvial, muito mais ágil, mais segura e mais barata. Os portos dos DIs de Icoaraci e Ananindeua materializarão essa alternativa.

PARÁ INDUSTRIAL – Foram apresentados seis projetos pela CDI, mas apenas quatro já foram contemplados com recursos e já estão em obras. Quais são os dois que ainda não conseguiram financiamento?

ANA MARLY – Os outros dois são os DIs de Barcarena e de Santarém. A CDI já concluiu a elaboração do zoneamento e dos projetos executivos para implantação desses dois. Em Santarém, a área que foi desapropriada pelo Estado para abrigar o DI fica localizada no ramal do Poço Branco, entre as rodovias Santarém-Cuiabá e Curuá-Una. Naquele local existe energia elétrica abundante à porta e acesso rápido e fácil àquele que, já no futuro próximo, será um dos melhores portos da América do Sul para exportação. No zoneamento do DI de Santarém foram priorizados os segmentos industriais de grãos, óleos fitoterápicos, pescado, madeira, bioindústria, alimentos, bebidas e calçados e couro, por serem apontados como potencialidades naturais da região. O DI de Barcarena

será implantado em uma área de aproximadamente 600 hectares, de propriedade da CDI, onde serão disponibilizados 52 lotes, para atender a segmentos voltados preferencialmente para a cadeia alumínica. Os dois projetos estão prontos para serem licitados. Aguardamos apenas a liberação de operação de crédito que o governo do Estado está contratando junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para financiamento desses investimentos.

PARÁ INDUSTRIAL – O distrito de Barcarena tem uma peculiaridade, haja vista que no mesmo município o Estado deverá estruturar uma ZPE. Isto foi pensado no projeto? O DI de Barcarena ficará na mesma área da ZPE?

ANA MARLY – O DI de Barcarena e a ZPE ocupam áreas distintas, rigidamente separadas entre si. A ZPE possui um regime tributário, cambial e administrativo diferenciado. Uma das exigências legais para que uma empresa se instale numa ZPE é a comprovação de que 80% de sua produção sejam destinados ao mercado externo. A área tem que ser alfandegada pela Receita Federal, sob um rígido controle aduaneiro a fim de garantir o cumprimento desse limite. A criação da ZPE de Barcarena foi autorizada por decreto presidencial em 1989. A localização foi alterada em 1993, quando se redefiniu uma área para abrigar a ZPE. Mas a gestão passada acabou vendendo parte dessa área para a Vale, que nela vai instalar uma nova refinaria de alumina. Por isso a área da ZPE necessitou ser novamente redefinida. A primeira etapa da ZPE de Barcarena será implantada em um terreno de mais de 200 hectares, com possibilidade de expansão futura. As obras que caracterizam o início dessa implantação já estão em andamento. O governo do Estado está negociando com a Vale a inserção da CAP (Companhia de Alumina do Pará) na ZPE de Barcarena. Se isto ocorrer, a CAP assumirá a ancoragem do empreendimento. ■



Mais perto do consumidor

• *Movimentação constante no estande da Cerpa durante a FIPA: várias empresas esperam a feira para lançar novos produtos*

Os bons negócios gerados na FIPA 2009 mostram que participar da feira pode ser uma saída para a empresa se aproximar do mercado e aumentar as vendas

Em tempos de crise econômica mundial, virou clichê na maioria das empresas a orientação de que é preciso enxugar despesas, reajustar a produção e segurar investimentos. Apesar disso, há quem demonstre que o momento pode ser, sim, propício para deslanchar novas empreitadas e aproveitar para fortalecer a marca da empresa (e, conseqüentemente, o seu produto)

no mercado. Foi o que fizeram mais de uma centena de empresas durante a nona edição da Feira da Indústria do Pará (FIPA), que aconteceu no final de maio, no Hangar, em Belém. Nem mesmo a crise conseguiu enfraquecer a feira.

Cerca de 40 mil visitantes circularam pelo evento, organizado pela FIEPA, nos quatro dias da exposição e se surpreenderam

com a beleza e a qualidade dos estandes.

Segundo o presidente da FIEPA, José Conrado Santos, na última semana que antecedeu a feira, a organização teve que recusar expositores por falta de espaço e alguns estandes tiveram que ser reduzidos. “O importante é termos certeza que esse ambiente precisa ser expandido, principalmente nesse momento de



• *Visitantes lotam o Hangar durante a FIPA 2009: evento se consolida a cada ano como a vitrine do setor produtivo paraense*

FOTOS: MARCELO LEIS

40 MIL
pessoas passaram pelo Hangar nos quatro dias de realização da FIPA 2009

100
expositores colocaram seus produtos mais próximos do público consumidor



• *O Sebrae apresentou um pouco da produção das micro e pequenas empresas*

crise”, ressaltou Conrado durante seu discurso de abertura. Mais de 100 expositores apresentaram, nos 20 mil m² do espaço de exposição do Hangar, as inovações da produção paraense. Pão com fécula de mandioca, calçados industriais mais resistentes, material de segurança com mais tecnologia e as novidades no segmento de alimentos e bebidas foram conferidos de perto pelos

visitantes. “Já estamos no mercado cervejeiro há 43 anos, nossa empresa é a mais tradicional indústria de bebidas do estado do Pará. E, assim como a Cerpa, a feira também já se tornou tradição no mercado consumidor paraense. Sempre que temos novidades esperamos o momento da feira para lançá-las”, conta o diretor de marketing da Cerpa, Ibrahim Dahás.

A presença maciça de expositores e visitantes na feira deste ano embute importantes significados. Primeiro, reforça a disposição das indústrias instaladas no Pará de enfrentar o momento de turbulência econômica e aproximar os produtos locais da sociedade. Diante do esfriamento da demanda internacional, expandir as vendas no mercado interno tornou-se uma das prioridades das indús-▶



• Visitante manuseia apresentações em tela touchscreen: Vale investiu em inovações



• Produtos de alto valor agregado, como os da Tramontina, foram destaques na feira

trias que operam em solo paraense. Esta foi uma forma encontrada pelas empresas de suprir as baixas geradas pela inapetência de antigos parceiros internacionais, como os Estados Unidos e a Europa.

Outra lição deixada pela FIPA deste ano diz respeito ao fortalecimento das marcas das indústrias locais. Segundo especialistas, as empresas que aproveitam os momentos de crise para investir em marketing institucional ficam fortalecidas após o período de retração, já que conseguem preservar sua imagem perante parceiros, fornecedores e consumidores. É mais fácil lembrar de um produto ou uma empresa que está em constante exposição do que de algo que está atrás das cortinas. “Essa foi a feira mais difícil de ser realizada. Em função do momento de crise, muitas indústrias aqui presentes não queriam participar. Porém, para que não deixássemos de realizar o evento, que já é tradicional no calendário oficial do estado, a FIEPA insistiu e as convenceu que esse era o momento de persistir, criar oportunidades e ficar mais próximo do consumidor nacional”, contou o coordenador da FIPA, Ivanildo Pontes.

Os expositores que participaram pela primeira vez da feira, como a Dacar, locadora de veículos de Marabá, já colhem resultados positivos. “Participar da FIPA foi muito bom, além do esperado pela empresa. Com certeza estaremos aqui nas próximas edições, a fim de fazer novos negócios e trabalhar mais a marca na capital paraense”, falou Cida Souza, gerente comercial da Dacar.

A FIPA se confirma como a vitrine do setor produtivo paraense. “A feira é a oportunidade de mostrar a cara, o produto. É uma maneira de divulgar todo o sistema de produção. A questão da sustentabilidade, é uma prestação de contas do nosso trabalho à sociedade”, disse Homero Souza, gerente de pesquisa e de-

envolvimento da Agropalma. “As pessoas ficam surpresas e orgulhosas quando descobrem que um produto de aceitação nacional é feito com matéria-prima daqui da região”, completou.

A expectativa para a próxima edição, daqui a dois anos, é de crescimento. “Se o espaço não for ampliado, vamos ter que diminuir o tamanho dos estandes”, afirmou Ivanildo Pontes, coordenador do evento.

Para manter a proximidade com o mercado local, as empresas inovaram neste ano. Telas touchscreen, imagens em 3D e exibição de vídeos no Youtube foram alguns recursos tecnológicos utilizados pela Vale que permitiram aos visitantes conhecer as operações e os programas socioambientais da empresa no Pará. No “Espaço dos Minérios”, monitores LCD touchscreen expuseram informações sobre a produção e as atividades socioambientais da Vale e suas controladas, enquanto um telão de videowall exibiu clipes sobre as empresas. Quem passou pelo estande teve acesso a wallpapers com imagens dos projetos socioambientais que foram transmitidas aos celulares via bluetooth.

“É muito interessante a forma que a Vale aliou a tecnologia com a difusão de conhecimento. Acredito que a tecnologia está aí para isso, para auxiliar e contribuir com a educação. Além do mais, aprender por meio de recursos tecnológicos é mais fácil, mais rápido e mais prazeroso”, avaliou a pedagoga Ana Clara Souza, que visitou a feira.

Mas não foram só os atrativos tecnológicos que chamaram a atenção dos visitantes da maior vitrine dos produtos paraenses. Atrações culturais e degustações de alimentos e bebidas movimentaram a IX FIPA. A Hiléia, por exemplo, chegou a registrar 4 mil atendimentos em seu estande, que ofereceu ao público a degustação de massas e biscoitos. ▶



• Agropalma: a FIPA foi uma oportunidade para abordar o tema sustentabilidade



• Mariza: espaço para degustar alimentos e apresentar as novidades do setor



• Moradores do bairro da Terra Firme trabalharam na coleta seletiva do lixo

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em sua nona edição, a FIPA mostrou estar amadurecida em termos de responsabilidade socioambiental. Pela primeira vez, todo o lixo produzido no evento foi recolhido e triado para viabilizar a reciclagem. A iniciativa foi possível graças a parceria do Sesi (Serviço Social da Indústria) com a Concaves (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis), que apoia 25 famílias do bairro da Terra Firme, um dos mais carentes da capital paraense.

Materiais como madeira, papelão, metal, borracha, vidro e plástico consumido durante a feira foram reciclados, poupando o meio ambiente e seguindo a linha da produção sustentável. A FIEPA, através de seu Conselho Temático de Meio Ambiente, vem desenvolvendo uma série de ações buscando a sustentabilidade no processo produtivo. “Estamos fazendo a nossa parte para a não degradação

do meio ambiente. Mostrando que a indústria paraense tem consciência de seus atos e ainda dá exemplo para que outras organizações de eventos façam o mesmo”, justificou o presidente da FIEPA, José Conrado.

Para a coleta de todo o lixo produzido nos quatro dias, quinze cooperados da Concaves trabalharam, separando todo o material reaproveitável do lixo orgânico. “Uma parceria como essa é um somatório de ganhos. Ganha o meio ambiente, ganha a indústria e ganham os catadores. A nossa cooperativa dá renda para 25 famílias da Terra Firme, ajudando muitas pessoas a encontrar um caminho melhor que não o da marginalidade”, comentou o presidente da Concaves, Jonas de Jesus. O projeto de triagem de todo o lixo da IX FIPA contou ainda com a parceria da HS Uniformes, Bracol, Aimex (Associação dos Exportadores de Madeira do

Pará) e a WR Consciente. Além das famílias da Terra Firme que trabalharam na coleta do lixo, a IX FIPA fechou mais um ano de evento com um alto índice de empregabilidade. “Até o seu último dia, contando com a fase de desmontagem dos estandes, a feira empregou cerca de 700 pessoas diretamente e outras 300 indiretamente”, afirmou o coordenador da Feira, Ivanildo Pontes.

Somente no segmento de receptionistas (aqueles que apresentam os produtos e atendem o público nos estandes) foram contratados para a feira deste ano cerca de 320 pessoas. “A feira está bem organizada e é uma ótima oportunidade para ganhar dinheiro, principalmente para estudantes como eu”, revela a universitária, Natália Vieira, que aproveitou a IX FIPA para fazer um “bico” de receptionista e “engordar a renda mensal”. ■

FOTOS: MARCELO LEIS



• **Autoridades, como a governadora Ana Júlia, visitaram a feira**



• **Prefeito de Belém, Duciomar Costa, conversa com empresários**



• **O ex-governador Simão Jatene conheceu os estandes**



• **O evento atraiu diversos líderes sindicais e empresários**



MARCELO LEIS

O PAMFLOR E O DESAFIO DA MUDANÇA

No livro “O Bom Negócio da Sustentabilidade”, de Fernando Almeida, o autor parte do princípio de que “não existem bons negócios em sociedades falidas”. Para que possamos evitar a falência de nossa sociedade atual, precisamos de forma emergente provocar o diálogo e permitir que a divisão de responsabilidades possa traçar um caminho não comum, mas convergente e, sobretudo, dialógico, compreendendo os diferentes pontos de vistas e objetivos finais propostos.

Usar mecanismos mais eficientes e adequados à realidade é o objetivo de diversos setores tecnológicos e científicos que buscam solucionar os entraves existentes ao longo do processo industrial. Na área ambiental, a preocupação com a intocabilidade do meio ambiente tem demonstrado diariamente na mídia resultados desfavoráveis materializados nos vários passivos ambientais. Precisamos discutir a reformulação desse conceito e desmitificar que o uso dos recursos naturais é predatório, adequando o desenvolvimento às demandas atuais de sustentabilidade, baseada nas novas tecnologias e técnicas desenvolvidas nas últimas décadas.

O Pamflor (Programa Público de Apoio ao Manejo Florestal), que é uma parceria público-privada, pode colaborar. Ele reúne instituições governamentais (Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará), instituições não governamentais (Associação Profissional dos Engenheiros Florestais do Pará, Instituto de Pesquisa do Homem e Meio Ambiente na Amazônia e Instituto Floresta Tropical) e a FIEPA.

A essência do Pamflor é a meta de profissionalizar o manejo florestal, que é a administração da floresta para a obtenção de produtos e serviços respeitando-se o tripé da sustentabilidade (econômico, social e ambiental), garantindo que haverá uma produção florestal madeireira e não-madeireira contínua, respeito às comunidades e manutenção do equilíbrio ambiental.

A proposta do programa é atuar conjuntamente com os parceiros para garantir a agilidade do processo de licenciamento ambiental sem perder a eficiência e eficá-

cia necessária. Essas ações serão desenvolvidas no pré-licenciamento, no licenciamento e no monitoramento. O caráter principal será o de educar. A iniciativa representa uma nova proposta de política florestal para o estado, que pode contribuir para o ordenamento e desenvolvimento adequado do setor florestal-madeireiro, dependendo da prioridade do governo na sua implantação, que deve ocorrer em parceria com o setor empresarial, instituições de pesquisa e demais atores ligados à questão florestal.

Apesar dos esforços empreendidos pelo poder público para cuidar das questões ambientais, pouco se

É preciso empreender políticas que resultem efetivamente em progresso econômico, com geração de emprego e renda, sem descuidar, evidentemente, dos cuidados ambientais e sociais necessários

tem avançado na proposição de negócios sustentáveis, e as ações acabam restritas à fiscalização e aplicação de multas. Esse contexto tem levado para o caminho oposto da sustentabilidade: danos ambientais, prejuízos sociais e econômicos. O Pamflor foi construído tendo como premissa a importância socioeconômica do setor florestal, o seu potencial de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, sua capacidade de contribuir para a diminuição dos problemas ambientais no estado, visto que se trata de uma atividade econômica que valoriza e utiliza de forma responsável a floresta amazônica. Contudo, precisa ser rapidamente implementado, tendo em vista que o setor florestal paraense atravessa uma das suas piores crises, causadas, principalmente, pela falta de matéria-prima legal para suprir a indústria de base florestal, cenário esse agravado recentemente pela crise financeira mundial, o que exige ações imediatas da gestão pública a fim de evitar o colapso da atividade.

Precisamos de estratégias de incentivo para os negócios sustentáveis, pois, retornando ao autor citado no início, a falência de uma sociedade não permitirá bons negócios, nem trará benefícios socioeconômicos e ambientais. ■



• **Maquinário parado em siderúrgica de Marabá: o setor aguarda a alta do dólar e o aquecimento do mercado americano**

Em compasso de espera

Em meio à crise, antigas potências econômicas, como a siderurgia, fecham as portas enquanto aguardam por dias melhores. E o desemprego assombra cada vez mais

Quem olhava a balança comercial do Pará em dezembro de 2008 para conferir quais empresas mais exportaram no ano passado percebia o seguinte: na relação das 25 melhores colocadas, nada menos que dez eram siderúrgicas. Quem vê a balança comercial hoje em dia, com os dados de 2009, nota uma mudança drástica: existem apenas quatro siderúrgicas no ranking das que mais venderam para o exterior. Não é por acaso. O setor entrou em colapso. Das onze empresas instaladas no polo de Marabá, no sudeste do estado, pelo menos oito paralisaram por completo as suas atividades produtivas neste ano – algumas estão apenas desovando os seus estoques de 2008 por força de contratos firmados semestres atrás.

O cenário da siderurgia, que foi a força motriz da geração de empregos e de divisas na região sudeste do estado nos últimos anos, ajuda a pintar o quadro da indústria da transforma-



“É preciso investir rapidamente nas concessões florestais e na política do reflorestamento. A atividade legal precisa ser fortalecida.”

Justiniano Netto, diretor executivo da Aimex

ção paraense após a crise econômica que assola o mundo desde o segundo semestre de 2008. A mineração e a indústria florestal, que nos últimos anos dividiam com o setor siderúrgico a cabeceira da pauta de exportação, também sentiram na pele os impactos da turbulência na economia. Os reflexos estão no fechamento de postos de trabalho. No Pará, dados

do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) revelam que a indústria de transformação já perdeu mais de 22 mil vagas de emprego.

Uma volta por Marabá, terceiro município mais populoso do Pará, ilustra esta situação. O exército de desempregados aumentou. Em que pese a pecuária ter forte apelo econômico na região, a cidade girava em torno do seu polo siderúrgico. As empresas chegaram a gerar cerca de 9 mil empregos diretos e 30 mil indiretos. Hoje em dia, apenas 30% da mão de obra do setor permanece empregada. “Nunca vi uma crise dessas. Tínhamos esperança de que as medidas governamentais fossem resolver o problema, mas isso não aconteceu. Até eu fiquei desempregado”, lamenta Mauro Correa, ex-diretor executivo do Sindiferpa, poderoso sindicato das indústrias de ferro-gusa do Pará que fechou as portas neste ano.

A siderurgia era um dos principais geradores de divisas para o estado. Só em 2008, por exemplo, as indústrias paraenses exportaram quase US\$ 1 bilhão. Não é a toa que a atividade ocupava a quarta posição na pauta estadual de exportações no ano passado.

Uma das explicações para o colapso da atividade é que a crise econômica teve maior repercussão nos Estados Unidos, país que mais com-

prava ferro-gusa brasileiro. Grandes empresas americanas, como as montadoras de automóveis, afundadas na crise, estão diretamente relacionadas à cadeia de suprimentos siderúrgicos. Um processo em cascata atingiu as aciarias, que paralisaram as compras de ferro-gusa para consumir seus estoques a um ritmo muito baixo. Tudo isso fez não só o preço do produto desabar, como a demanda praticamente desaparecer. Outro fa-

tor que atingiu as indústrias exportadoras de gusa foi a combinação entre a alta do preço do minério de ferro, muito consumido pelas siderúrgicas, e a queda do dólar, que afetou diretamente o lucro das empresas.

A mudança deste panorama tornou-se uma incógnita, pelo menos para os segmentos que já vinham sofrendo antes mesmo da crise. É o caso do setor florestal. O setor tem quase 30 polos espalhados pelo estado, muitos com produção quase paralisada. Tanto a indústria da extração (a exploração florestal em si) quanto a da transformação (o beneficiamento da madeira nos parques industriais) foi castigada. Em Tailândia, importante polo madeireiro localizado no nordeste paraense, por exemplo, mais da metade das cerca de 50 empresas que chegaram a operar na cidade encerraram as atividades. Muitos empresários deixaram o estado ou mudaram de setor – boa parte aderiu à pecuária.

Segundo a Uniflor (União das Entidades Florestais no Estado do Pará), já foram fechados 30 mil postos de trabalho em todo o Pará

O SOBE E DESCE DA MINERAÇÃO

O balanço dos empregos na indústria extrativa mineral segue em ritmo positivo. Já na indústria de transformação...



* O SALDO REFERE-SE AO TOTAL DE ADMISSÕES MENOS AS DEMISSÕES EM CADA PERÍODO

FONTE: IBRAM

desde 2008. “São 30 mil famílias que ficaram pobres e sem perspectiva de vida”, diz Luiz Carlos Tremonte, presidente da entidade. As empresas lutam há anos por políticas concretas de fomento à produção florestal. Até hoje, os órgãos ambientais carecem de estrutura – e de uma boa dose de gestão – capaz de atender as demandas do setor, que precisa de cerca de 10 milhões de m³ de madeira em tora por ano para operar, mas que há algum tempo vem recebendo autorização para trabalhar com menos de 4 milhões de m³. O drama das invasões de áreas de manejo florestal e reflorestamento e da instabilidade fundiária também atormenta os empresários. Não bastasse isso, os mercados europeu e americano, principais clientes da madeira paraense, reduziram os pedidos após o estouro da crise, o que atingiu diretamente quem vivia da exportação.

Para Justiniano Netto, presidente do CTMA-FIEPA (Conselho Temático de Meio Ambiente da FIEPA) e diretor executivo da Aimex (Asso-

QUEM MAIS EXPORTA

Veja quais empresas instaladas no Pará mais exportaram no período de janeiro a junho de 2009 (valores em US\$ FOB *):



* FOB (FREE ON BOARD): É O PREÇO DO BEM NO PORTO DE ORIGEM. ESTÃO NELE INCLUIDOS O VALOR DA MERCADORIA, DA EMBALAGEM, DO FRETE INTERNO E DO SEGURO INTERNO
 FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

ALERTA LIGADO

Os indicadores econômicos confirmam uma situação preocupante para quem gera empregos no Pará, especialmente na indústria da transformação.

Emprego na indústria de transformação (JAN-JUN 2009):

Saldo de -6,7%

Produção industrial (JAN-MAI 2009):

Saldo de -8,3%

FONTE: DIEESE E IBGE

ciação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Estado do Pará), o governo precisa de políticas mais ágeis que tirem o setor florestal da crise. “O que o governo não percebe, ou parece não perceber, é que a Amazônia tem mais de 70% do seu território formado por florestas. Então, qual a nossa opção, se não for desenvolver a atividade florestal?”, argumenta.

Segundo ele, medidas estruturantes podem ser decisivas para aumentar a oferta de matéria-prima legalizada, o que já seria o pontapé inicial para que empresas que vivem das vendas para o mercado interno consigam um fôlego. “É preciso investir rapidamente nas concessões florestais e na política do reflorestamento. A atividade legal precisa ser fortalecida. Não podemos mais perder tempo com problemas de gerenciamento interno que há muito deveriam ter sido resolvidos”, enfatiza Netto.

Há segmentos da indústria de transformação que apresentam situação no mínimo curiosa. É o caso da mineração. Dados do Ministério do Trabalho revelam que a indústria de transformação mineral (gusa e não-



JANE SOUZA

• **Trabalhador da indústria madeireira: o setor já demitiu mais de 30 mil pessoas**

metálicos) fechou mais de 4 mil postos de trabalho no Brasil em junho, sendo que 161 só no Pará. Apesar disso, o setor está otimista. Primeiro, porque a indústria extrativa está voltando a contratar – em junho o número de empregados admitidos superou o de demitidos. E segundo, porque os países asiáticos aumentaram a demanda pelo minério de ferro. Mesmo com o estouro da crise, China e Coreia do Norte mantêm os pedidos pelos minérios paraenses. Para se ter ideia, os chineses são responsáveis pela compra de 50% da produção mineral brasileira – até

2008 a participação era de 30% “O estímulo fiscal praticado pelo governo da China dará um impulso para a economia durante um ano ou dois, até que, lá na frente, haja uma recuperação mais significativa dos países desenvolvidos”, diz um recente relatório divulgado pelo banco Morgan Stanley. Segundo especialistas, a procura pela produção local é explicada pelo fato de o Pará possuir minas produtivas, com alto teor mineral, e localização geográfica vantajosa, que favorece o escoamento da produção com um frete mais em conta.

Alguns projetos minerais puxa-

ram o freio de mão no Pará. Caso do Onça Puma, projeto controlado pela Vale, que prevê a exploração e beneficiamento de níquel em Ourilândia do Norte, no sudeste do estado. O empreendimento estava com operação prevista para iniciar no segundo semestre deste ano, mas o cronograma já foi adiado para 2010 em razão dos altos e baixos que a cotação do minério vem apresentando no mercado. Apesar disso, como os preços do níquel se recuperaram nos últimos meses, os responsáveis pelo projeto mantêm o otimismo para o cumprimento do cronograma.

No geral, o setor mineral vive um momento de recuperação. As empresas reduziram a perspectiva de investimentos no curto prazo, mas eles ainda são expressivos. Apenas no Pará, a previsão é de US\$ 23,7 bilhões em investimentos até 2013, isso conforme as condições do mercado e do andamento da liberação de licenças ambientais. A crise foi mais forte nos vizinhos. Minas Gerais, líder na produção mineral brasileiro, deve perder quantidades maiores de investimentos. De acordo com projeções do Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração), estava prevista a entrada de US\$ 18 bilhões no estado. Hoje, estima-se aporte de US\$ 13 bilhões. ■



DAVID ALVES/AG PA

• **José Conrado, Ana Júlia e o decreto dos incentivos**

LUZ NO FIM DO TÚNEL

Diante da instabilidade econômica, uma das únicas alternativas é contar com a colaboração dos governos. Uma das lutas que a FIEPA trava é a regulamentação da política de incentivos fiscais. A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, assinou em maio o decreto número 1.676/09. O documento é um instrumento legal que dá segurança jurídica aos empresários que pretendem investir no estado. De acordo com a nova política de incentivos, o governo fornece “empréstimos financeiros” aos empresários baseados em critérios como geração de emprego e desenvolvimento socioambiental. O governo vai conceder até 75% de financiamento e atribuir pontuações que poderão gerar benefícios às empresas. “Só atraindo novos investimentos e incentivando as empresas que já estão aqui é que vamos ter condições de reverter esse cenário de crise e voltar a produzir”, diz José Conrado, presidente FIEPA.

Garimpando talentos

Os projetos sociais da Copala vão muito além do que a mera filantropia. Eles capacitam comunidades de baixa renda e ajudam a formar profissionais promissores

A maioria dos jovens que aparecem nas fotos ao lado não entende muito bem a importância de uma siderurgia para a economia regional. Também não sabe que a Copala produz cabos e tarugos de aço que são comercializados em toneladas para o Sul do país e até para os Estados Unidos. Agora, pergunte a eles o que são cores quentes, cifras, disciplina e programas operacionais. É certeza que virá a resposta. Eles conhecem os termos porque participam de projetos sociais promovidos pela Copala e desenvolvem atividades que aos poucos estão abrindo as portas para novas oportunidades na vida de cada um.

Bons exemplos acontecem no Guamá, o bairro mais populoso de Belém e um dos maiores em índices de vulnerabilidade social. Até pouco tempo atrás, alguns moradores não sabiam sequer ligar o computador. Mas aos poucos essa realidade começa a mudar. Ali, a Copala desenvolve um projeto de inclusão digital em parceria com o IFPA (Instituto Federal do Pará), antigo Cefet. Atualmente, o curso certifica todos os meses 75 alunos. São colaboradores da empresa, jovens e adultos da comunidade local que têm a chance de aprender um pouco do universo tecnológico. Mais de 2 mil pessoas já foram certificadas.

“Praticamente, eu não sabia nem mexer no computador. Hoje, eu já sei usar as ferramentas. Aprendi tanto que até comprei um computador para botar em prática o que foi ensinado”, conta Ana Cristina Menezes, funcionária da Copala, que participou da primeira turma do curso e hoje só quer saber de navegar no mundo digital.

Depoimentos como o de Ana Cristina têm feito a Copala, que atua no setor siderúrgico do Pará há 58 anos,



manter os investimentos em projetos de responsabilidade sociais nas comunidades próximas à sua sede, localizada na capital paraense. As iniciativas sociais estão relacionadas ao meio ambiente, à saúde, cultura e à educação, e buscam resgatar a qualidade de vida de pessoas que se relacionam com a empresa.

As ações de responsabilidade não são novidade para a Copala. São décadas de apoio a projetos como “Riacho Doce”, “Batendo Lata” e o da “Associação Comunitária Santíssima Trindade”. Mesmo assim, a empresa decidiu ir além, e há quatro anos implantou suas próprias ações sociais.

Voltemos ao Guamá. No mesmo bairro onde moradores aprendem a manusear o computador, jovens de 12 a 18 anos participam do projeto de ação educativa GuamarTE. Atualmente, o projeto tem uma turma de 25 alunos, que nos finais de semana aprendem a desenvolver trabalhos dentro das artes visuais, técnicas de desenhos e pinturas em tela. A ação já inspira a futura carreira profissional de Wilham Ferreira, de 18 anos, que após in-

gressar no projeto decidiu prestar vestibular para o curso de Artes. “Tive uma oportunidade e quero levar adiante, vou exercer a profissão que eu gosto”, diz.

O GuamarTE já conseguiu revelar um talento precoce. Yuri Cunha, de apenas 10 anos, virou o mascote da turma. Os coordenadores do projeto abriram uma exceção e permitiram que ele participasse da turma em razão da sua agilidade e potencial. O garoto chegou calado ao local das aulas. Hoje, é um dos destaques do grupo nas aulas de pintura. O desempenho de Yuri está refletindo inclusive na melhoria das notas na escola. “Ele era uma criança desatenta na escola, mas agora, aos poucos ele até ensina os coleguinhas a pintarem”, revela Keyla Cunha, mãe do pequeno prodígio.

No estande da Copala na Feira da Indústria do Pará 2009, que ocorreu em maio no Hangar (ver matéria na página 12), ao invés dos já conhecidos produtos da empresa, o público pôde presenciar uma amostra do trabalho desenvolvido. Alunos do “GuamarTE” demonstraram suas habilidades em pinturas feitas ao vivo. ■

LADO A LADO COM A COMUNIDADE

Os quatro projetos sociais desenvolvidos pela Copala em Belém beneficiam cerca de 500 pessoas. Veja as iniciativas:

- 1 MÚSICAPOP:** de cunho artístico, busca fazer da música um instrumento de transformação social. Oferece curso de violão popular com duração de três meses.
- 2 INCLUSÃO DIGITAL:** desenvolvido em parceria com o Instituto Federal do Pará, oferece noções gerais de informática para colaboradores da empresa, jovens e adultos da comunidade local.
- 3 FAZENDO CAMPEÕES:** incentiva a prática esportiva e busca revelar talentos. Jovens participam de aulas de futsal e podem disputar torneios da modalidade, como o Campeonato Paraense.
- 4 GUAMARTE:** utiliza a arte para despertar a criatividade e revelar talentos. Alunos aprendem a desenvolver trabalhos de artes visuais, técnicas de desenhos e pinturas em tela.

UM NEGÓCIO SÉRIO E RELEVANTE

No caso da siderúrgica paraense, a responsabilidade social virou algo, de fato, sério. A Copala criou um Complexo Cultural. Com as instalações na própria sede da empresa, e reformado recentemente, ele possui infraestrutura para atender seus colaboradores e a comunidade local que participam dos projetos sociais. Eles não pagam nada por isso. Sala de informática, quadra poliesportiva e biblioteca compõem o espaço. “Estamos investindo na nossa principal matéria-prima, que são as pessoas, os profissionais que atuam na empresa”, destaca José Maria Mendonça, diretor da Copala.

A empresa contabiliza quase 500 pessoas em seus quatro projetos sociais (ver quadro), que ainda oferecem material didático, uniformes, professores capacitados e atendimento odontológico todos os dias. “Esta iniciativa ajuda a melhorar a qualidade de vida não só dos nossos trabalhadores, como também da comunidade que nos rodeia”, ressalta o coordenador de programas sociais da Copala, Heraldo Lobo. “Outro fator, é que estamos descobrindo e lapidando talentos”, completa.

Para ampliar sua área de atuação em programas sociais, em 2008 a Copala criou o Idesama (Instituto de Desenvolvimento Social e Meio Ambiente da Amazônia). Sediado na Ilha do Marajó, ele abrange diversos projetos relacionados ao meio ambiente. “Ele vem sendo um aliado importante no desenvolvimento social, além de ser um meio por qual pretendemos conseguir recursos”, explica Heraldo Lobo.

ENFIM, AS ECLUSAS

Demorou mais de 20 anos, mas finalmente as obras das eclusas de Tucuruí entram na fase final. Quando as portas se abrirem, o rio Tocantins voltará a ser navegável, e o Pará poderá viver um novo ciclo de desenvolvimento

Escoar toneladas de silício metálico sempre foi um desafio para a Globe Metais, antiga Camargo Corrêa Metais. Desde 1984, quando foi fundada, a empresa é obrigada a submeter seus caminhões a rodovias irregulares para fazer com que a produção saia da sua indústria em Breu Branco, no sudeste paraense, percorra mais de 300 quilômetros e chegue à Barcarena ou Belém, de onde é enviada, de navio, para os clientes, localizados sobretudo na Europa e Japão. Algumas vezes, o embarque atrasa porque os caminhões enfrentam problemas durante a viagem. Os buracos atrasam a viagem. Em outros casos, a empresa precisa negociar mais de uma vez com o cliente porque o transporte onera o negócio. É o preço que se paga por depender das rodovias.

Mais de duas décadas de dor de cabeça podem chegar ao fim em breve para a Globe Metais. Não, não há previsão no curto prazo para que as rodovias PA-150 e PA-263, que ligam Breu Branco aos portos mais próximos, virem tapetes pavimentados. Mas a empresa vai ganhar uma opção para escoar o seu silício metálico. Mais barata e ambientalmente correta. A empresa aguarda com ansiedade a conclusão das obras das eclusas da hidrelétrica de Tucuruí, distante menos de 15 minutos da planta industrial. Com um cronograma apertado, o empreendimento deverá começar a operar já em julho de 2010.

A Globe Metais será uma das empresas beneficiadas diretamente com o empreendimento, que vai devolver a navegabilidade do rio Tocantins, interrompida há mais de vinte anos por causa da construção da hidrelétrica de Tucuruí. De acordo com o diretor-superintendente da Globe, Bruno Parreiras, a retomada da navegabilidade do rio Tocantins viabilizará que a matéria-prima e o produto finalizado sejam transportados pelos rios da região, baixando os custos de operação em até 50%. “Quando as eclusas estiverem prontas, o silício beneficiado poderá sair diretamente da nossa planta industrial para o porto de Belém ou o de Vila do Conde, onde é exportado”, comenta.

As obras das eclusas estão em ritmo acelerado. A eclusa 1 já está praticamente concluída. Os trabalhos estão concentrados na eclusa 2. Para cumprir o cronograma, as empreiteiras contratadas estão trabalhando 24 horas por dia, produzindo de três em três meses a quantidade total de concreto que foi utilizada durante a conclusão do estádio do Maracanã. “Enquanto que a obra do estádio do Maracanã utilizou cerca de 50 mil m³ de concreto, as eclusas consumirão 1,25 milhão m³. Nosso ritmo está acelerado. Em apenas três meses estamos produzindo a mesma quantidade usada no Maracanã”, conta o superintendente de expansão de geração da Eletronorte, Luiz Fernando Rufato.

As duas eclusas, que são ligadas por um canal intermediário com 6 quilômetros de extensão e 140 metros



FOTOS: YURI ABE

• **Obras na eclusa 2 em pleno vapor: este “corredor”, de 49,5 metros de altura, vai dar passagem a grandes embarcações**

“Enquanto que a obra do estádio do Maracanã utilizou cerca de 50 mil m³ de concreto, as eclusas consumirão 1,25 milhão m³. Em apenas três meses estamos produzindo a mesma quantidade usada no Maracanã.”

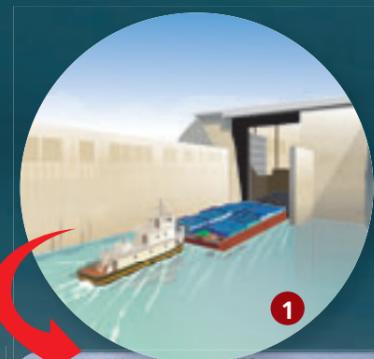
Luiz Fernando Rufato, superintendente de expansão de geração da Eletronorte

de largura, viabilizarão o sistema de transposição, o qual restabelecerá a navegabilidade no rio Tocantins. As obras vão refletir direto no sistema hidroviário que vai do Mato Grosso até o Pará, de 2 mil quilômetros de extensão, que ainda está inviável para a navegação. Isto porque, sem as eclusas ainda finalizadas, o trecho de aproximadamente 500 quilômetros da hidrovia Araguaia-Tocantins impossibilita o transporte de navios por causa do desnível de 69 metros entre o lago de Tucuruí e o rio Tocantins à jusante. O empreendimento é grandioso. A eclusa 1 tem 58,5 metros de altura, o equivalente a um edifício de 19 andares. A eclusa 2 possui 49,5 metros.

Na construção da primeira etapa da hidrelétrica de Tucuruí foi executada parte da primeira eclusa, já que ela é integrante do barramento do lago. Entretanto, desde 1984 as obras de transposição sofreram várias discontinuidades e a eclusa permaneceu inacabada. Em 2007, após pressão das autoridades locais e de empresários da região, o governo federal incluiu a obra no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alocando mais de R\$ 800 milhões para a conclusão do sistema até 2010. Com recursos assegurados, a obra recomeçou em ritmo acelera- ▶

COMO FUNCIONAM AS ECLUSAS

Sem a finalização das eclusas, é impossível transportar navios por um trecho de aproximadamente 500 quilômetros da hidrovia Araguaia-Tocantins por causa do desnível de 69 metros entre o lago de Tucuruí e o rio Tocantins à jusante. Para vencer esta barreira, o governo federal está finalizando as obras do sistema de transposição de desnível de Tucuruí. O sistema será formado por duas eclusas e um canal intermediário de 6 quilômetros de extensão. Veja como os navios passam pelas eclusas:



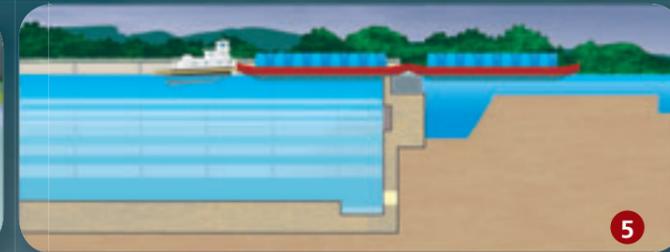
Um comboio - com até 22 mil toneladas de carga, 200 metros de comprimento e 33 de calado - vindo do rio Tocantins entra na eclusa 2



A eclusa 2, que tem 210 metros de extensão e 49,5 metros de altura, é enchida durante 14 minutos. Ela eleva um comboio da cota de 5 metros do rio Tocantins até a cota do canal, que é de 38 metros.



O comboio segue pelo canal, que tem 6 quilômetros de extensão, até alcançar a eclusa 1, localizada ao lado da barragem.



Durante 13 minutos, a eclusa recebe mais de 230 mil metros cúbicos de água da barragem até o comboio alcançar a cota 74 metros.

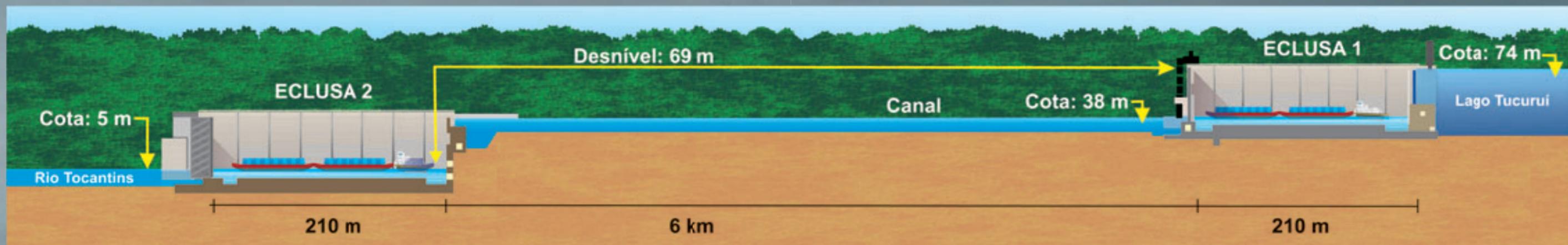


1 HORA E 30 MINUTOS

É quanto dura todo o processo de transposição de níveis

Corte esquemático

Veja na imagem o desnível existente entre o rio Tocantins e o lago de Tucuruí, que atualmente inviabiliza a navegação na região





DMULGAÇÃO/GLOBE METAIS

• Embarque de pacotes de silício na Globe Metais, em Breu Branco: escoamento da produção por rodovias com os dias contados

do. Em novembro de 2008, no pico da obra havia 4,2 mil empregos diretos, além de 16 mil empregos indiretos.

O ritmo das obras foi verificado de perto por empresários e deputados estaduais, que se deslocaram em comitiva até o município de Tucuruí, no começo do mês de junho. O grupo foi encabeçado pelo presidente da FIEPA, José Conrado Santos, que atribuiu ao empreendimento o poder de desenvolver o Pará, “viabilizando a logística para a produção paraense e dando ao estado mais capacidade de competitividade”.

O sistema de transposição do desnível viabilizará que grande parte da produção mineral e madeireira siga o fluxo dos rios paraenses para o seu escoamento. Isso porque a carga, que costuma ser bastante pesada, tem mais dificuldades em ser transportada pelo meio rodoviário e tende a ter seu frete mais caro quando guiada pelas ferrovias regionais. De acordo com informações do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte), um comboio marítimo, contendo um empurrador e quatro balsas com até 178 contêineres, leva a mesma quantidade de carga que uma frota de 708 caminhões.

O potencial navegável do rio, segundo o Dnit, poderá chegar a uma capacidade de transposição de carga de 40 milhões de toneladas por ano em 2.300 quilômetros de

extensão. Além disso, ao contrário dos transportes rodo e ferroviário, o meio hidroviário agride menos o meio ambiente, diminuindo o consumo de óleo diesel e reduzindo a emissão de gases poluentes em até oito vezes. Através de um levantamento do órgão federal foi verificado que, enquanto no transporte hidroviário são emitidos 60 gramas de monóxido de carbono por tonelada a cada 1.000 quilômetros, no transporte rodoviário são emitidos 540 gramas da substância na execução da mesma tarefa.

O momento já é considerado o terceiro ciclo de desenvolvimento do Pará e da Amazônia. No começo do século 20, ocorreu o primeiro ciclo, com os investimentos que impulsionaram a economia focada na extração da borracha. Na época, o americano Percival Farquhar foi o responsável pela construção do porto de Belém e os ingleses pelo porto de Manaus, viabilizando que a produção local fosse exportada pelos rios da região. Já na década de 70, os militares construíram na região obras estruturantes, que interligaram o norte brasileiro com o resto do país. Os portos de Santarém e Altamira e a Transamazônica, assim como várias rodovias, surgiram nesse contexto. Agora, o que se vê é um novo ciclo, em que a região amazônica é dotada de infraestrutura básica para reforçar a logística da produção local.

Transporte barato e ambientalmente correto

A usina hidrelétrica de Tucuruí deu condições para navegação do sistema hidroviário de 2 mil quilômetros de extensão que liga o município de Barra do Garças, em Mato Grosso, até Barcarena, no Pará. A partir deste ponto, estratégico para a exportação, a produção brasileira é escoada para os mercados americano, europeu e asiático. E financeiramente, essa opção é das mais interessantes. Ao utilizar o meio hidroviário para escoar a produção, os empresários reduzem custos financeiros e ambientais. De acordo com avaliação do Dnit, um comboio em meio hidroviário consome quase nove vezes menos combustível que o rodoviário (ver detalhes ao lado), evidenciando a eficiência e agilidade que os rios paraenses proporcionam para o escoamento da produção.

Ter rios à disposição não é tudo para estimular o transporte hidroviário. Para um rio se tornar navegável e fazer o transporte de grandes navios cargueiros, ele precisa ser minimamente sinalizado, com réguas para leitura limnimétrica (que avalia as variações do nível da superfície da água), placas e boias de sinalização. São as famosas hidrovias. O governo pretende acelerar as obras da hidrovia Araguaia-Tocantins. O projeto prevê o derrocamento (tirar pedras do fundo do rio) e a dragagem (tirar areia do fundo do rio) do trecho de cerca de 500 quilômetros que vai do porto de Vila do Conde até a localidade de Peixe, no Tocantins.

Vale a pena retomar o exemplo da Globe Metais. Como a planta industrial está localizada à montante do lago de Tucuruí, com a hidrovia concluída, será possível que o transporte da matéria-prima para a produção do silício-metálico – originada na mina de quartzo, em Ourém – venha de balsa, diminuindo o custo de frete do caminhão e contribuindo para a redução da emissão de gases poluentes no meio ambiente. A hidrovia do rio Tocantins dará navegabilidade para grandes navios cargueiros, permitindo que utilizem os rios paraenses ao invés das rodovias e ferrovias. O governo federal, por meio do Dnit, deverá construir até o próximo ano 93 terminais hidroviários. A um custo de R\$ 20 a R\$ 25 milhões cada, os “portinhos” ou “pontos de ônibus flutuantes” são essenciais para as cidades localizadas às margens dos rios e afluentes, que usam suas águas para transportar pessoas, mantimentos e gêneros de primeira necessidade. ■



• Sistema hidroviário que liga o Pará ao Centro Oeste brasileiro

Em termos financeiros, o meio hidroviário leva imensa vantagem sobre o ferroviário e o rodoviário. Transportar um carregamento por rios chega a consumir nove vezes menos combustível do que recorrer às estradas.

1 LITRO DE COMBUSTÍVEL permite transportar uma carga de 1 tonelada por...

... 25 km em via rodoviária...



... 85 km em via ferroviária...



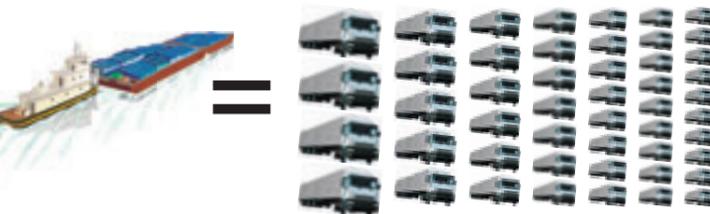
... e 218 km em via hidroviária



LOGO, quem percorre 350 km...

... em rodovias gasta R\$ **38,08** de combustível...
 ... em ferrovia gasta R\$ **11,15** de combustível...
 ... em hidrovia gasta R\$ **4,35** de combustível.

1 COMBOIO HIDROVIÁRIO é capaz de substituir até **708** carretas rodoviárias





Vida longa à sua empresa

Manter um negócio em funcionamento no Pará ainda é grande desafio. Mas espantar o fantasma da falência e conseguir a tão desejada sustentabilidade pode estar mais acessível

Qualquer empresário sabe: manter a saúde de um empreendimento não é tarefa fácil. Para quem nunca encarou este desafio, basta avaliar os números para ter uma noção. Segundo pesquisa realizada pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) em 2004, a cada ano nascem cerca de 500 mil empresas no país, mas 49,4% delas encerram as atividades antes de completar dois anos de existência. Há casos em que os negócios não duram seis meses. É por isso que quem consegue sobreviver às primeiras semanas e aos momentos iniciais de instabilidade pode ficar otimista, mas jamais achar que isso é sinônimo de sucesso garantido. A manutenção e sustentabilidade dos negócios requerem diligências constantes e, sobretudo, atenção especial a dois aspectos: planejamento e competitividade.

Em tempos de concorrência acirrada e variações constantes no mercado, cresce a cada

dia a necessidade do empresário aderir a novas culturas para fortalecer o seu negócio. “Para manter uma empresa no mercado são necessárias ações fundamentadas em estratégias corretas, e o planejamento é a melhor delas”, diz Evandro Diniz, coordenador técnico do PDF (Programa de Desenvolvimento de Fornecedores), um braço da FIEPA que busca desenvolver as empresas locais por meio de geração de negócios.

Ter em mãos um bom planejamento é essencial para tomar decisões e projetar como o empreendimento vai se comportar no futuro. De início, parece complicado, mas planejar um negócio passa por ajustar hábitos. Estar por dentro do fluxo de caixa da empresa e do relacionamento entre os funcionários, por exemplo, são alguns dos pré-requisitos para se poder planejar um negócio (*ver quadro*) e ter elementos para avaliar como é possível diversificar a carta de clientes, as perspectivas de faturamento e lucro e, o mais tenebroso de tudo, como se preparar para os eventuais períodos de crise.

O Pará já teve empresas que viveram períodos dourados, de plena saúde financeira e com centenas de funcionários, mas que fecharam as portas em razão de imprevistos. Várias empresas do setor florestal, por exemplo, encerraram as atividades nesta década

“Alguns detentores de tecnologia acreditaram nas empresas locais e motivaram as parcerias. Para eles, o serviço sai a um custo mais baixo e para as empresas do estado, o ganho vem através do desenvolvimento tecnológico.”

Roberto Kataoka, diretor geral da Oyamota

em razão da falta de matéria-prima, ocasionada pela má gestão dos órgãos ambientais, morosos em conceder licenças ambientais, e, para completar, pelas novas exigências do mercado, que apertou o cerco sobre a origem dos produtos florestais.

“Fenômeno” parecido ocorreu em Belém com as papelarias. Aqueles microempresários que ganhavam dinheiro tirando xerox e vendendo material de expediente e de escritório para órgãos públicos e grandes empresas foram aos poucos vendo seus negócios diminuírem em razão da expansão de supermercados e de grandes magazines, que passaram a oferecer estes serviços com maior eficiência e em locais mais confortáveis.

Um planejamento não iria garantir a emissão das licenças ambientais, mas poderia auxiliar as empresas do setor florestal a visualizar alternativas de investimentos ou de oferta de produtos. Já no caso das papelarias da capital paraense, um plano de negócios seria um bom guia para ajudar a prospectar novos mercados e nichos de consumidores.

Uma empresa que até a década de 90 tinha em seu portfólio três produtos sobrevivia por cerca de 20 anos. “Hoje, o ciclo de vida de um produto é em torno de cinco a dez anos. Se um empreendimento não lança produtos novos, mais baratos e com melhor qualidade, perderá mercado e acabará sem sustentação econômica”, comenta Fernanda Peregrino, especialista em relações internacionais. “Da mesma forma que os produtos, mudanças nos processos e sistemas de marketing e organizacionais também contribuem para a longevidade de uma empresa. Novos processos geram, por exemplo, produtos mais baratos e com mais qualidade.”

É esta visão estratégica que permite a uma empresa se diferenciar, aumentar sua competitividade e demarcar posição no mercado. “Saber onde você está e aonde quer chegar é importante, e isso só é possível através de uma empresa planejada,” reforça Evandro Diniz.

PLANEJAMENTO EFICIENTE

Para uma empresa ser competitiva, é necessário ter ações estratégicas para desenvolver o negócio. Veja algumas dicas do PDF:

- 1 ECONÔMICO E FINANCEIRO:** o empresário deve ter gestão total de suas despesas através do controle do fluxo de caixa e deve ter rígidas metas financeiras com um orçamento empresarial focado. Não vale a pena contrair uma dívida por meio de um financiamento se o empresário não projetou as receitas que poderão cobrir este investimento.
- 2 MERCADO:** o fundamental é que o empresário tenha foco por meio de uma matriz produto x mercado definida, sabendo para quem vender, o que vender e os resultados esperados.
- 3 PROCESSOS:** executar seus serviços com qualidade e produtividade. Uma boa dica para avaliar a produtividade de sua empresa é comparar o faturamento por empregado ao ano com de outras empresas do país. Respeitar normas ambientais e de segurança do trabalhador são encarados como grandes diferenciais competitivos.
- 4 PESSOAS:** é importante manter a equipe motivada e promover a qualificação interna para evitar a saída de talentos da empresa. O tempo que se perde treinando novos profissionais pode ser o suficiente para dar oportunidade ao concorrente.

Domínio dos custos, sempre

Ter um bom posicionamento no mercado não é tudo. Antes de comemorar vale lembrar uma frase tão usada por esportistas e executivos: “Se manter no topo é mais difícil que chegar ao topo”. Mais importante que celebrar a assinatura de dois ou três bons contratos é conseguir a tão almejada sustentabilidade do negócio. Para isso, é necessário criar procedimentos e estratégias que permitam à empresa manter um desempenho regular, capaz de gerar, no mínimo, um faturamento suficiente para garantir o funcionamento (e, claro, o lucro) de um empreendimento. Para ver o seu empreendimento prosperar, um empresário deve ter bem claro na mente que seu negócio pode desenvolver-se no médio e longo prazo.

Segundo o coordenador técnico do PDF, os empresários não podem se acomodar e precisam dominar a gestão de suas empresas, a partir de aspectos básicos, como conhecer profundamente os custos de sua empresa e do serviço que está executando. “É importante também cumprir os prazos estabelecidos, executar os serviços com qualidade e segurança para o trabalhador, ter o gerenciamento do projeto, estar atento aos impostos decorrentes ▶

CUIDADOS HOJE, TRANQUILIDADE NO FUTURO

O termo sustentabilidade ainda é muito atrelado ao meio ambiente, mas ele tem aplicação consolidada no meio empresarial. A sustentabilidade está relacionada à perenidade de um negócio, ou seja, ao tempo de vida de um negócio. Uma empresa é sustentável quando desenvolve suas atividades pensando no futuro, em permitir que elas estejam ao alcance das próximas gerações.

Empresas de diferentes setores podem praticar a sustentabilidade. Quem atua no setor de pesca, por exemplo, deve ficar atento ao ciclo de vida das espécies de peixes para não correr o risco de vê-las extintas e, conseqüentemente, testemunhar o fim do seu negócio. Já uma montadora de automóveis tem grandes chances de ir à falência se pagar salários astronômicos aos seus executivos ao invés de investir em veículos menos poluentes.

Para quem pensa à frente, receitas em menor escala, mas constantes, podem ser mais atraentes que lucros pontuais.

É preciso estar atento às oportunidades que se apresentam no mercado. Ter uma boa rede de contatos e participar de encontros com empresários do seu ramo é uma boa forma de ficar antenado com as portas que se abrem. O PDF, por exemplo, promove rodadas de negócios entre grandes empresas e empresários paraenses e oficinas de trabalhos com diversos setores em todo o estado. Além disso, as empresas possuem cadastro no site do Programa (www.fornecedoresdopara.com.br) e recebem informações estratégicas com oportunidades resultantes de investimentos das grandes empresas.



• **Evandro Diniz: o planejamento deve ser o maior aliado das empresas**

dos serviços prestados, não comprometer o fluxo de caixa dos contratos com outros gastos, cumprir o que está no escopo dos contratos e saber negociar com o gestor qualquer ajuste que esteja fora dele e principalmente ter a documentação da empresa em dia”, completa Evandro Diniz.

Parcerias podem fazer a diferença

Outro aspecto fundamental é a cooperação e a parceria entre as empresas. A existência de empresas concorrentes no mercado aumenta e induz a adoção de práticas de gestão mais eficazes e até mesmo a descoberta de fatias no mercado antes não identificadas. A Oyamota, empresa do setor metal-mecânico, instalada em Castanhal, mostra que as parcerias e a cooperação entre as empresas rendem bons frutos.

A empresa participou de um consórcio para atender o projeto Sossego, implantado pela Vale no sudeste do Pará, em 2003. O projeto consistia na montagem de 12.000 toneladas de estruturas metálicas. Inicialmente, as empresas paraenses não tinham preços competitivos, mas a parceria entre empresas regionais gerou uma maior competitividade e criou fornecedores com diferenciais logísticos, além de conhecimento da região e velocidade nos processos. A Vale acabou firmando valiosos contratos com a Oyamota e outras empresas locais. Na época, a Oyamota aproveitou para firmar parcerias com grandes empresas detentoras de tecnologia, como a sueca Sandvik, que lhe proporcionou inovação e crescimento através da troca de experiências e absorção de tecnologia. “Alguns detentores de tecnologia acreditaram nas empresas locais e motivaram as parcerias. Para eles, o serviço sai a um custo mais baixo, por causa da nossa logística, e para a nossa empresa o ganho vem através do desenvolvimento tecnológico”, fala Roberto Kataoka, diretor geral da Oyamota. ■

O QUE FALTA PARA A SUA EMPRESA TER UM BLOG?

Ele é gratuito, tem manutenção simples e, sobretudo, já é tão demandado pelo público (os consumidores) como os jornais e as rádios. E o mundo corporativo aos poucos vai percebendo isso



Este texto cumpre o ofício de dizer o seguinte: os blogs são um meio de comunicação definitivamente estabelecido na sociedade, tal como uma emissora de rádio ou um jornal diário. Esse status quo já faz um tempo, mas nem todos se deram conta disso. E não é recomendável, do ponto de vista da comunicação empresarial, que os blogs sejam ignorados por dirigentes de empresas ou tenham sua relevância diminuída nos debates de interesse público. Isso não quer dizer que todo blog é veículo de imprensa. E mesmo entre os blogs noticiosos, nem todos apuram, checam ou ouvem as partes ligadas ao assunto antes de publicar algo. Mas o caso é assim mesmo: os blogs estão estabelecidos como mídia de notícia, informação e opinião. Não exatamente nessa ordem.

Reportagem do Observatório da Imprensa citou que o Google News, um serviço de busca de notícias que dá destaque automático às manchetes mais acessadas pelo público, monitora cerca de 4.500 veículos noticiosos na internet – e cerca de 500 deles são blogs. Essa diversidade de origens das notícias – e interesses – que pauta o dia a dia dá uma pista de que separar blogs e imprensa não parece ser uma tese que se sustente.

Ainda assim, jornalistas diplomados ou não lançam seus blogs (sob a benção ou indiferença dos seus empregadores) para publicar notícias (parte delas vetada e sem interesse para as redações); para emitir opiniões sobre temas da atualidade; ou para comentar posts de outros blogs. No Pará os exemplos são muitos, como o Blog do Espaço Aberto, do jornalista Paulo Bemerguy; o blog do Jeso, editado em Santarém por Jeso Carneiro; o Hiroshi Bogéa On-Line, com notícias sobre Marabá e municípios do sudeste paraense; ou o exemplo do 5ª Emenda, editado até pouco tempo pelo saudoso Juvêncio de Arruda.

Em comum, essa blogosfera dá a impressão de funcionar como uma caixa de ressonância, na qual as questões do dia que estão nos jornais – e com frequência aquelas que não estão – são comentadas pelo público que pode pagar por acesso a internet.

As empresas, indústrias ou não, têm seu papel nessa caixa de ressonância. Tome-se o caso do blog Petrobras Fatos e Dados, uma estratégia ao noticiário fortemente politizado sobre a CPI da Petrobras. A decisão foi a seguinte: publicar no blog as mesmas informações passadas a um jornalista durante a entrevista com executivos da empresa, bem como mostrar ao público as perguntas do repórter. Com isso, a plateia identifica omissões e como a notícia foi editada na redação. A Petrobras comenta as notícias da imprensa como faz qualquer blogueiro. A iniciativa foi muito criticada por jornalistas e editoriais de grandes veículos da imprensa. Mas o blog recebeu, só na primeira semana, 145 mil visitas e 1.700 comentários. Nem tudo elogio. Oito semanas depois, em agosto, eram mais ou menos 1,5 milhão de visitantes. Não por menos, a Petrobras melhorou o desenho do blog, abandonou a ferramenta gratuita de edição do blog e agora ele é parte do site corporativo da empresa.

Por tudo isso, os blogs não deveriam mais ser chamados de blogs. A terminologia reduz a força dessa mídia, seu papel na sociedade. O mesmo vale para o Twitter (que em português pode ser traduzido como “piar”). São meios de comunicação que precisam de um nome que convença os dirigentes de empresas de que a coisa é séria. A presidência da República, por exemplo, deve lançar o blog do Planalto por estes dias – estão atrasados e provavelmente por dificuldades outras, pois publicar um blog é realmente muito simples. ■

Um novo "boom" à vista?

Minha Casa, Minha Vida enche de esperanças a construção civil e o setor imobiliário do Pará. Mas o programa do governo federal precisa superar desafios até aquecer o mercado



ELCIMAR NEVES/AG PA

• Fila de espera na Cohab de Belém para o cadastramento no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida

Olhando rápido, você pode imaginar que a foto acima retrata a famigerada espera pelo atendimento médico em um hospital público ou a agrura que pais enfrentam para matricular os filhos nas escolas municipais. Não é o caso. A imagem, tirada em março deste ano, revela a procura pela solução de uma das chagas brasileiras: a falta de moradia. As pessoas aguardam a vez na Cohab (Companhia de Habitação do Estado do Pará), em Belém, para se cadastrar no programa Minha Ca-

sa, Minha Vida, que foi lançado no início de 2009 pela Caixa Econômica Federal com o intuito de reduzir o déficit habitacional brasileiro, que hoje chega a 7,2 milhões de unidades.

A fotografia reforça um problema social e estrutural do Brasil - e do Pará -, mas há motivos de sobra para ser vista com bons olhos. É fácil explicar. A procura pelo cadastro no Minha Casa, Minha Vida enche de esperança as empresas e os trabalhadores ligados à indústria da construção civil paraense. Constru-

toras, incorporadoras, imobiliárias e corretores esperam que o programa do governo federal renove os ânimos da atividade, que no início de 2009 sofreu um forte baque causado pela crise econômica mundial.

Até julho, cerca de 75 mil pessoas que ganham de um a dez salários já haviam feito o cadastramento na Cohab para adquirir uma casa. Levantamento feito pela gerência de tecnologia da informação da companhia indica que, do total de inscritos, a maioria (57 mil) ganha até três

salários mínimos e 14.235, menos de um salário mensal.

A previsão é que ainda este ano comece a construção de nove residenciais na Região Metropolitana de Belém e Castanhal para atender a população de baixa renda. Os primeiros imóveis, avaliados em R\$ 39 mil, serão destinados à população que ganha até três salários mínimos. Caso a opção seja apartamento, o valor sobe para R\$ 43 mil. As empresas que irão executar esses empreendimentos devem ser todas paraenses e já estão em fase de contratação pela companhia. Segundo o presidente da Cohab, Geraldo Bitar, as áreas onde serão construídos os residenciais já estão com terreno dotado de infraestrutura, o que diminuirá o tempo para conclusão das obras.

Ver o reaquecimento do setor é o que espera Nelson Kataoka, diretor da Ckom Engenharia, umas das principais empresas de construção civil do Pará. Segundo ele, os investimentos previstos pelo programa, que chegam a R\$ 60 bilhões, sendo R\$ 34 bilhões em subsídios, incentivam a criação de novos empreendimentos no estado. Mas há um detalhe. Para o empresário, o lançamento de empreendimentos para a classe que recebem entre zero e três salários depende muito do valor dos terrenos. "Nas grandes cidades o preço do terreno representa, às vezes, mais de 10% do valor



MARCELO LEIS

"O programa tem tudo para ser um sucesso, mas dependerá das parcerias dos governos e prefeituras e de investimentos em infraestrutura."

Manoel Pereira, presidente do Sinduscon

da casa, o que é muito alto. Poucas são as empresas que conseguem um terreno comum com um bom valor na capital. A facilidade maior é no interior", diz.

A especulação imobiliária, aliás, é um dos pontos negativos gerados pelo aquecimento do mercado. O motivo é a tradicional lei de mercado da oferta e procura, em que os valores são inversamente

proporcionais quando há grande procura por um determinado produto em falta. E no caso da habitação, o déficit habitacional faz com que os preços, não só de terrenos, mas de casas já prontas, aumentem de forma significativa.

Segundo o presidente da Ade-mi (Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário do Pará), Ricardo Lobo, há casos de aumento no valor do terreno em mais de 100%. "Há muita demanda e que está sendo incentivada pelo governo, diminuindo a burocracia e baixando as taxas de juros. Reflexo disso é que os lançamentos de condomínios para classe A desabou. Hoje podemos contabilizar algo em torno de 15 mil unidades somente na grande Belém para classe média", destaca.

A meta do programa do governo federal é ambiciosa: construir 1 milhão de casas em todo o país. No Pará, o objetivo é erguer mais de 50 mil casas. As obras devem avançar no segundo semestre deste ano, já que este é o período em que as chuvas diminuem no estado e os trabalhos ganham fôlego. Na fase inicial do Minha Casa, Minha Vida apenas 13 municípios serão beneficiados. Poderão participar famílias com renda de zero a dez salários mínimos para financiamentos de imóveis que chegam a R\$ 130 mil (ver página 24).

Os números do Minha Casa, Mi- ▶

• **Habitações populares do residencial Tenoné: meta do Minha Casa, Minha Vida é erguer 50 mil casas no Pará**



CLAUDIO SANTOS/AG PA

nha Vida evidenciam o potencial do programa de gerar um novo “boom” na construção civil paraense e, de quebra, de proporcionar um aumento de postos de trabalhos no setor. No acumulado de 2009, até o mês de maio, houve uma queda de 14% na geração de empregos formais, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). “Nesse ponto, o Pará foi o que mais sofreu com a crise. Foram mais de 10 mil demissões, o que representa 40% do total de postos de trabalhos perdidos no estado”, afirma Roberto Sena, supervisor técnico do Dieese no Pará.



• O fim do período de chuvas já deixou os canteiros de obras mais movimentados



FOTOS: MARCELO LEIS

• Nelson Kataoka, da CKOM Engenharia: preços dos terrenos ainda são barreiras

Um novo mercado se abre para as empresas

Um reflexo do programa habitacional no perfil econômico que envolve o setor imobiliário é que empresas que antes não focavam nos imóveis de baixa renda estão lançando projetos voltados para a faixa acobertada pelo Minha Caixa, Minha Vida. De acordo com Jairo da Silva Gomes, gerente de classe econômica da Azevedo Barbosa Consultoria de Imóveis, localizada em Belém, isso acontece porque houve uma queda acentuada na venda dos imóveis mais caros. “O

que percebemos é que os compradores de apartamentos e casas mais caras, de classe A, são muitas vezes investidores, ou seja, compram aquele imóvel como investimento. E nos momentos de crise há uma queda nas vendas nessa faixa. Diferente das classes econômicas, que na busca para sair do aluguel, aproveitam todas as oportunidades, e este é o momento para elas”, analisa.

Há três anos no mercado paraense, a Fit Residencial, empresa que surgiu a partir da fusão das cons-

trutoras e incorporadoras Tenda e Gafisa, já prevê um aumento da participação de seus empreendimentos direcionados à classe média baixa no mercado local. “Para nós esse programa não gerou especulação. Como há a oferta do subsídio e queda dos juros, na verdade há uma previsão de leve queda na prestação para o cliente final. Quanto aos valores, eles se mantiveram estáveis”, comenta Paulo Bebert, diretor de negócios da Tenda.

Apesar de promissor, o Minha

Casa, Minha Vida não é a salvação da indústria da construção civil e nem do setor imobiliário. O programa tem barreiras a vencer. Ao contrário do que se imagina, a construção dos imóveis depende do interesse das empresas. São elas que precisam buscar a Caixa Econômica, comprar os terrenos e ofertar os imóveis. Aí podem residir problemas. A burocracia bancária pode atrasar a liberação de crédito e a falta de estrutura dos terrenos pode inviabilizar o negócio.

“O programa tem tudo para ser um sucesso, mas dependerá das

parcerias dos governos e prefeituras. Se as prefeituras, por exemplo, investirem em infraestrutura, sem dúvida nenhuma reduzirá os custos das obras”, afirma Manoel Pereira, presidente do Sinduscon (Sindicato da Indústria de Construção Civil). “Também se houver a redução do Imposto de Transmissão de Bens e Imóveis, todos sairão ganhando, tanto o setor de construção civil, quanto o governo, que conseguirão reduzir o déficit habitacional que chega a 400 mil imóveis no Pará.”

Além disso, o lucro das empresas

em negócios voltados para a baixa renda é reduzido em relação aos empreendimentos direcionados às classes A e B - a rentabilidade pode cair até 30%. Fora do Pará, as construtoras já buscam parcerias com as prefeituras para que o poder público estruture (construa rede de esgoto, acesso à água, energia e transporte público) áreas mais afastadas dos centros urbanos e com potencial para abrigar conjuntos habitacionais para o público-alvo do Minha Casa, Minha Vida. Com isso, a valorização destes terrenos - e consequentemente o metro quadrado dos futuros imóveis - tende a aumentar.

Se realmente vingar, o Minha Casa, Minha Vida pode aproximar milhares de paraenses de concretizar o sonho da casa própria. Um dos que esperam por essa realização é Rosemir Santana da Silva Pereira, 30 anos. Servidor do Sesi (Serviço Social da Indústria) no Pará, ele foi à Cohab em Belém para se inscrever no programa habitacional. “Quero sair do aluguel. Pago mensalmente R\$ 300 e aí vai mais da metade do meu salário. Pelo menos agora sei que tenho chance de ter a minha casa própria”, diz. “Rezo para que eu possa ser selecionado. Tenho esperança e sei que vou conseguir ter minha casa própria. Sou brasileiro e não desisto.” ■

O SONHO DA CASA PRÓPRIA



Lançado em março de 2009, o Minha Casa, Minha Vida será financiado pelo governo federal, por meio da Caixa Econômica, e tem como meta a construção de 1 milhão de casas para as famílias de zero a dez salários mínimos. No Pará, apenas 13 municípios poderão se beneficiar inicialmente do programa: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba, Castanhal, Santa Bárbara do Pará, Abaetetuba, Cametá, Bragança, Marabá, Parauapebas, Santarém e Itaituba. Saiba mais:

COMO PARTICIPAR

Para o público de zero a três salários mínimos, a inscrição e seleção das famílias serão feitas pelos estados e municípios. Em Belém, uma opção é procurar a Cohab. Poderão participar pessoas não beneficiadas anteriormente em programa habitacional social do governo e que não possuem casa própria ou financiamento ativo. No caso de famílias com renda superior a três salários mínimos, os interessados devem procurar diretamente as construtoras.



SELEÇÃO DE PROJETOS

Para as famílias com renda de zero a três salários mínimos, serão priorizados projetos de regiões que recebam impacto de grandes empreendimentos. Os empreendimentos destinados às famílias com renda de três a dez salários mínimos não obedecerão às especificações pré-estabelecidas. O limite de financiamento é de R\$ 130 mil.



TAXA DE JUROS

As taxas de juros variarão de acordo com as faixas de renda familiar, sendo de 5% ao ano + TR para as famílias com renda de três a cinco salários mínimos, de 6% ao ano + TR para famílias com rendimentos de cinco a seis salários mínimos e de 8,16% ao ano + TR para a faixa de renda de seis a dez. Para as famílias que recebem até três salários mínimos, o valor da parcela será de 10% da renda.





• Sala de aula da escola Sesi Castanhal: com a tecnologia Lego, alunos aprendem a superar desafios e a desenvolver a criatividade

Eles aprendem brincando

Escolas do Sesi usam a tecnologia Lego para ensinar alunos sobre conceitos que vão de português a robótica

Uma visita à escola Eurico Gaspar Dutra, em Icoaraci, distrito de Belém, deixa qualquer um curioso. O que chama a atenção não é o local em si, mas o público que o frequenta e o que é feito ali dentro. Nas salas de aula, homens e mulheres na faixa dos 40 anos passam horas com pequenas peças de plástico nas mãos, tão usadas no Lego, aquele brinquedo conhecido no mundo todo. Eles montam prédios, helicópteros e até rodas gigantes. E se divertem. Para um visitante desavisado, parece que a escola virou playground e que os adultos voltaram a ser crianças. Só parece.

A “brincadeira”, na verdade, é uma

nova técnica educativa em que o lúdico se transforma em aprendizado. Para aqueles homens e mulheres da escola em Icoaraci, vira mais do que prédios, helicópteros e rodas gigantes feitos de pecinhas de plástico. Vira conhecimentos de matemática, empreendedorismo, engenharia e física.

As peças de plástico são a base da tecnologia Lego, que o Sesi (Serviço Social da Indústria) têm utilizado em suas escolas com o intuito de melhorar a qualidade de ensino da sua rede de educação. A metodologia busca desenvolver atividades que despertam o interesse dos alunos, sejam eles jovens ou mais maduros, e formam profissionais mais



FOTOS: FABRÍCIO GESTA

• Alunos formam grupos para montar seus “modelos”: noções de trabalho em equipe



• Crianças exibem elevador montado com peças do Lego: diversão e aprendizado

criativos e inovadores.

No Pará, o uso da tecnologia Lego de Educação chegou em 2007. Duas escolas do Sesi regional estão investindo neste inovador recurso pedagógico. Na escola do Sesi Castanhal, município do nordeste paraense, o método está presente nas salas de aula de cerca de 450 crianças das turmas do ensino fundamental, de 1º a 4º série. Já em Icoaraci, na escola Eurico Gaspar Dutra, cerca de 130 crianças participam das aulas dessa nova metodologia. Sem falar nas outras turmas que são mescladas e possuem alunos dos 18 aos 40 anos, participantes do EJA (Educação de Jovens e Adultos), o programa de educação que abrange

quem tem mais de 16 anos. Neste último grupo, as atividades já contabilizam 60 alunos, e a escola já está com previsão de mais uma turma de 30 alunos, a partir de agosto deste ano.

A utilização do Lego no ensino parece simples. Os professores apresentam desafios que devem ser superados usando as peças. Um dos exemplos comuns na fase de aprendizagem é o parque de diversões. Para você, o que a matemática ou física têm haver com um parque de diversões? À primeira vista, os mais precipitados podem dizer que nada. Mas, as atividades mostram de forma lúdica que as ciências e os megabrinquedos têm tudo haver. ▶



TEORIA E PRÁTICA

Como equilibrar o peso da roda gigante no ar? O primeiro desafio é utilizar as peças para simular o brinquedo. Então, o aluno começa a levar em consideração a velocidade, massa (peso) e altura do objeto. Sem perceber, surge uma equação que vai servir de parâmetro para os cálculos matemáticos e físicos. Outro exemplo comum nas aulas da tecnologia Lego é a simulação de um elevador. No cálculo para se montar um modelo, se leva em consideração a velocidade máxima para suportar a capacidade de frenagem numa descida com segurança. Em pouco tempo, os alunos já falam em preparação de engrenagens e citam fórmulas matemáticas.

A partir das informações técnicas de como funcionam os brinquedos do parque de diversões, contextualizando situações do dia a dia, os alunos são desafiados a criar, em equipe, um parque repleto de brinquedos, sempre lembrando que estes devem ser elaborados de maneira que garantam a segurança dos visitantes. Parece complicado, mas os resultados mostram que alunos de diferentes idades têm entendido o recado. “O mais engraçado é que os alunos não vêem a hora de chegar o dia da aula de Lego”, diz Maria do Socorro Machado, diretora da escola Eurico Gaspar Dutra. “Eles mesmos se organizam, sentam e pensam como resolver a situação-problema proposta”



FABRÍCIO GESTA

• Alunos da escola Sesi Castanhal: geração de conhecimentos úteis para o dia a dia

Múltiplas aplicações

O brinquedo Lego foi criado na década de 40, na Dinamarca, no entanto, precisou passar vinte anos para encantar crianças de todo o mundo. De lá pra cá, o conceito de encaixar peças com inúmeras possibilidades de combinações mostra que o seu potencial vai bem além da diversão entre as crianças, deixando a hora do recreio e invadindo a sala de aula.

“A metodologia que a tecnologia Lego propõe em sala de aula é muito eficiente, a ponto de desenvolver nos alunos uma série de competências necessárias para que ela conviva com os demais colegas na escola”, destaca Cosma Cunha, diretora da escola Osvaldo de Freitas, do Sesi Castanhal. Segundo ela, as aulas com o Lego podem ser aplicadas em diferentes disciplinas, como português, que faz os alunos, tanto crianças como os adultos, melhorarem a sua leitura e a interpretação. A matemática e a física os ajudam durante as contas em suas montagens e a resolver as situações problemas propostas pelo material didático.

Já na disciplina de empreendedorismo, criatividade e inovação para os participantes do EJA, que são trabalhadores da indústria paraense, o Lego traz consigo conceitos tecnológicos de robótica. “Durante as aulas, é muito perceptível como os alunos desenvolvem a competência de trabalhar em grupo, de liderança e, acima de tudo, de criatividade e inovação”, explica Cunha.

É o que vem acontecendo na escola do Sesi Castanhal. As crianças trabalham diretamente com encaixe, rodas, engrenagens e ligações. De peça em peça, eles aprendem a desenvolver projetos úteis para o cotidiano. Nelma Maria de Souza percebeu que nos últimos meses o filho Jamerson Souza, de 11 anos, que cursa a 4ª série do ensino fundamental, desenvolveu o vocabulário e melhorou a escrita. “Outro fator é o entusiasmo que ele apresenta quando chega em casa e começa a contar o que eles fizeram durante as aulas e como é trabalhar com o Lego. Eu não imaginava que um projeto como esse pudesse estimular tanto as crianças.” ■



A BASE DE TUDO

A tecnologia Lego de Educação propõe a montagem de objetos – chamados pelos criadores da metodologia como “modelos” – com as tradicionais peças de plástico. A meta é oferecer a crianças, jovens e adultos um aprendizado mais envolvente, criativo e motivador. Conheça os pilares da técnica:

☑ **Aprender fazendo:** a montagem de um mecanismo permite que os alunos compreendam o que é caminhar passo a passo ao realizar uma tarefa.

☑ **Aprender a agir:** estimula o raciocínio lógico. Com o uso de perguntas e respostas, o professor busca aperfeiçoar as funções cognitivas do aluno.

☑ **Aprender a conviver:** os projetos são realizados em equipe. O aluno é capaz de construir seu próprio conhecimento, em vez de escutar, tomar notas e repetir.

☑ **Aprender a pensar:** uma situação-problema é entendida como uma situação didática, desafiadora. A solução vai exigir do aluno reflexão, planejamento e antecipação de resultados.



MARCELO LEIS

ATÉ QUANDO VAMOS PAGAR A CONTA?

Os produtores rurais do Pará, em grande parte oriundos de outros estados, vieram para estas terras atraídos por políticas governamentais federais e estaduais. Desde o “integrar para não entregar” dos governos revolucionários até pouco tempo atrás, isto com fortes aportes de verbas federais, como os financiamentos da Sudam, Proterra, FNO e inúmeros outros, sem contar a oferta de terras baratas.

O grande estímulo do Estado para a fundação de fazendas de pecuária deveu-se principalmente à capacidade que este empreendimento tem de sobreviver e avançar como atividade econômica e produtiva. Sem infraestrutura implantada pelo Estado, era a forma de ocupação humana e produtiva mais barata da Amazônia para a sociedade brasileira. Este modelo de desenvolvimento, vale ressaltar, foi o mesmo utilizado em grande parte dos estados brasileiros, na ocupação norte-americana, australiana e em todas as nações viáveis à agropecuária. Primeiro o boi ocupa, depois chega a agricultura e, por fim, as duas financiam a industrialização das regiões, estados e ou países.

O governo financiou a derrubada das floretas, a plantação das pastagens, cercas, currais, rebanhos, enfim, toda a infraestrutura interna das fazendas. Mas foi omissivo em montar infraestrutura para esta atividade - notadamente as chamadas estradas vicinais. Apesar disso, alguns agentes do poder público tentam atualmente criminalizar produtores rurais acusando-os de terem feito estradas clandestinas.

Há algum tempo atrás, quem não possuísse 50% de sua área em pastagens produtivas teria sua fazenda considerada improdutivo, logo, esta seria passível de desapropriação para a reforma agrária. Um grande estímulo para a derrubada da floresta. Hoje, o poder público tenta criminalizar quem tem mais de 20% de abertura em sua área. Ou seja, quem cumpriu a lei agora é criminoso. O Brasil é o único país do mundo onde o proprietário é obrigado a pagar a conservação, a manutenção e a inoperância de seu patrimônio em 80%, sob o risco de cometer crime. É uma insanidade.

Já ouvi cientista do Cirrad, entidade de pesquisas agropecuárias da União Europeia, dizer que a Amazônia é imbatível na produção agropecuária mundial. O Brasil já teve 8% das florestas do mundo, hoje possui algo como 39%. Será que os povos dos países ricos e “devastados” trocariam seu padrão de vida e sua renda per capita pelo do povo da Amazônia com sua floresta de pé? Será que os habitantes dos estados devastados do Sudeste e Sul do Brasil trocariam seu padrão de vida e sua renda per capita pelos padrões e renda per capita do povo paraense? Parece fundamental definir quem usufrui e quem paga a conta.

Só no Brasil o proprietário é obrigado a pagar a conservação, a manutenção e a inoperância de seu patrimônio, sob o risco de cometer crime. É uma insanidade

Acho importante fazermos uma reflexão sobre a aplicação da lei no Brasil. Além disso, precisamos primeiro enxergar a floresta para depois nos determos na árvore. Quiçá o Ministério Público Federal encampe a ideia. Com certeza, ficaria mais claro para todos que contribuição a cadeia produtiva do agronegócio paraense poderia oferecer ao povo do Pará e do Brasil, bem como todos os setores produtivos brasileiros. Logo, ajudaria todos nós a ver com mais clareza qual a melhor opção política para o nosso desenvolvimento econômico e social, aquele capaz de elevar a qualidade de vida, saúde segurança e dignidade do povo paraense e brasileiro.

EM TEMPO - O sindicato acha que a melhor forma de relacionamento comercial entre frigoríficos e produtores rurais é a emissão de nota fiscal e GTA, emitida pela Adepará, já que é o governo estadual quem controla, fiscaliza e regulariza o rebanho paraense. A GTA significa a legalidade do gado e da atividade, assim como o alvará de funcionamento nas empresas comerciais. Cabe, portanto, ao estado definir quem pode produzir ou não, e o porquê dessa decisão, respeitado o direito à ampla defesa, ao contraditório e à coisa julgada. ■

Os domadores da rede

Empresas e profissionais de TI encontram no Senai uma oportunidade de buscar certificação em tecnologias que monitoram o funcionamento da internet

A permanente exigência por qualificação está obrigando os profissionais a conquistar certificação. Que o digam aqueles que trabalham na área da Tecnologia da Informação e lidam com a internet. A cada minuto ela apresenta uma novidade – e um desafio para quem tenta dominá-la –, o que força os técnicos a ficarem antenados com as constantes inovações tecnológicas do mercado globalizado. E, mais do que isso, eles precisam atender a novas demandas das empresas, que já cobram mais do que cursos generalistas sobre manutenção de sistemas e programação. O alívio é que hoje em dia é crescente o número de cursos que preparam estes profissionais para as missões do mundo digital.

No Pará, um curso específico tem feito sucesso entre os tecnólogos da informação. Oferecido pelo Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), da FIEPA, o Cisco/CCNA (Certificação em Redes Associadas da Cisco, em inglês) cria um

padrão de certificação que incentiva o know-how em redes, estabelecendo caminhos bem definidos para a carreira do profissional de redes e desenvolvendo técnicos altamente capacitados para atender a demanda do mercado.

Tudo começa com um curso preparatório para a certificação da Cisco, empresa fabricante de roteador (equipamento especializado que envia mensagens aos seus destinos por meio de milhares de caminhos) mais conhecida do mercado. Cada curso tem a carga horária de 320 horas durante um ano. Os alunos têm aulas teóricas e práticas, que vão desde noções básicas em redes até atividades mais complexas, como a administração de tecnologias WAN (ver quadro ao lado). Ao terminar o curso, o aluno recebe um diploma de conclusão dado pelo Senai e, se desejar, poderá realizar uma prova da Cisco para obter desconto de até 80% na prova da Person Vue, instituição de certificação mundial.

“Caso o aluno alcance 80% de acertos na avaliação da Cisco, recebe um abono de até 80% no pagamento da prova que dará a ele a certificação do CCNA”, explica Gerson Trindade, professor do curso Cisco/CCNA do Senai. “Assim como uma pessoa formada em Direito precisa de uma certificação da OAB para se tornar apto a advogar, o aluno de Tecnologia da Informação também necessita de uma certificação para ser valorizado no mercado de TI.”

As certificações Cisco são hoje das mais valorizadas pelas empresas e desejadas pelos profissionais. Possuir uma delas significa contar com o aval da própria Cisco Systems sobre as habilidades e experiência no uso da tecnologia, agregando confiabilidade à qualificação do profissional. Além disso, a remuneração pode ter um ganho considerável. Os detentores do CCNA podem receber salários de R\$ 3.900, enquanto os mais avançados recebem mais de R\$ 8 mil.

• O analista de TI Pedro Aguiar manuseia um switch: curso se transforma em benefícios para o profissional e para a empresa

Segundo pesquisa do Institute Data Corporation Brasil, as chances de um profissional certificado conseguir um emprego aumentam em 53% em relação a profissionais que não possuem este título, podendo esse índice ser ainda mais elevado de acordo com a categoria de certificação possuída. Os salários são de 10% a 100% superiores à média que o mercado paga a profissionais sem certificação que ocupam as mesmas funções. “A certificação é uma conquista de todo o profissional que luta para se manter em constante aprendizado”, afirma Gerson Peres, diretor regional do Senai no Pará.

A coordenadora de Recursos Humanos do Sesi (Serviço Social da Indústria), da FIEPA, Cristina Cordeiro, diz que a certificação é encarada hoje pelas empresas como uma espécie de selo de qualidade. “Não é exagero dizer que um canudo desses é sinônimo de emprego garantido e salário acima da média. Não são diplomas fáceis de obter. Mas valem cada segundo e centavo dedicados.”

Dois professores do Senai do Pará foram premiados em 2008 com bolsas para ir à Bahia e cursar o CCNP (Certificação em Redes Profissionais da Cisco, em inglês),

curso mais avançado da fabricante de roteadores. O conhecimento será transmitido em Belém, no Centro de Educação Tecnológica Danilo Remor. A maioria dos alunos são estudantes que estão na graduação ou são recém-formados.

A certificação não beneficia somente o profissional. As tecnologias proporcionam a agilidade, velocidade e flexibilidade que as corporações necessitam para serem competitivas. A certificação garante às empresas a possibilidade de identificar técnicos capazes de extrair todo o potencial das ferramentas tecnológicas adquiridas e utilizadas. “Com profissionais certificados gerenciando as redes, as empresas podem se concentrar em aumentar sua competitividade e em melhorar a satisfação dos seus clientes, sem falar na tranquilidade do funcionamento da sua infraestrutura de TI”, ressalta o analista de TI Pedro Aguiar, ex-aluno do curso da Cisco/CCNA do Senai em Belém.

O Centro de Educação Tecnológica Danilo Remor do Senai está com inscrições abertas para o primeiro módulo do curso preparatório para certificação Cisco/CCNA. As aulas, no período noturno, começam em agosto. x

CAMINHOS PARA A CERTIFICAÇÃO

Veja como funcionam os cursos da Cisco, referência mundial na fabricação de roteadores, oferecidos pelo Senai no Pará:

- Para quem: profissionais com mais de 17 anos que atuam em redes corporativas
- Carga horária: 320 horas
- O que aprendem:
 - Relações interpessoais
 - Saúde e segurança no trabalho
 - Gestão de qualidade
 - Ética e cidadania
 - Educação ambiental e comportamental
 - Oral e escrita
 - Conceitos básicos de redes
 - Conceitos básicos de switching (detalhe na foto acima) e roteamento intermediários
 - Tecnologias WAN
 - Empreendedorismo em TI



• Empresário Jorge Pessoa atende clientes em panificadora de Belém: gestão familiar é um entrave para a evolução do setor

O pão nosso de cada dia em nova fase

Com o Procompi, micro e pequenas indústrias do setor de panificação têm a oportunidade de se qualificar e competir por mais espaço no mercado

As padarias instaladas na região metropolitana de Belém vivem um paradoxo. Elas estão passando sem maiores sobressaltos pela crise que assola a economia mundial, mas, ao mesmo tempo, veem a sua clientela buscar novos pontos para comprar pão, bolos e outros alimentos que por tanto tempo garantiram os lucros das empresas do setor. Os grandes supermercados e as panificadoras ilegais se tornaram os principais concorrentes das padarias tradicionais, que agora sentem a pressão causada pelo esfriamento da demanda. Não é à toa que o panificador busca cami-

nhos para reduzir custos e retomar o ritmo de vendas de anos anteriores.

A saída para este dilema pode estar no Procompi (Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias), uma iniciativa que chega ao Pará com a missão de capacitar inicialmente 20 indústrias do setor de panificação de Belém filiadas ao Sippa (Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Estado do Pará). O Procompi pretende elevar gradativamente a competitividade das empresas industriais de menor porte por meio do estímulo à cooperação entre os empresários, à profissiona-

zação do setor e ao desenvolvimento empresarial e territorial. Os treinamentos e consultorias começam em agosto e vão até final de novembro. Novas turmas com outros grupos de empresários devem ser formadas a partir de 2010.

“Com essa preparação, as indústrias estarão melhor estruturadas para crescer e se manter num processo evolutivo, condizente com as exigências atuais do mercado”, ressalta Elias Pedrosa, presidente do Sippa. As empresas serão capacitadas para enfrentar as exigências dos mercados regional e nacional. O foco é mudar uma realidade comum a todas as em-

PASSO A PASSO

O Procompi vai capacitar inicialmente 20 indústrias do setor de panificação de Belém filiadas ao Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Estado do Pará. A meta é incentivar as empresas a buscar a profissionalização. Confira as etapas do programa:

ETAPAS	ÁREA DE ATUAÇÃO	PÚBLICO - ALVO
1	Administrativo/financeiro	Proprietários e gerentes
2	Gestão de pessoas / gestão de Ambiente	Proprietários, gerentes e equipe de produção
3	Sensibilização	Proprietários e funcionários
4	Gerência da produção e padronização de processos	Proprietário e equipe de produção
5	Inovação no mix e ação para aumentar a venda	Proprietários, equipe de produção e atendimento
6	Atendimento ao cliente	Gerentes e atendimento
7	Marketing e vendas	Proprietários e atendimento



DIVISOR DE ÁGUAS

Criado em 1998 pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), em parceria com o Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), o Procompi será coordenado em Belém pelo IEL (Instituto Euvaldo Lodi), da FIEPA. Serão ministrados modelos de projetos às micro e pequenas indústrias, dentre eles o Propan Pleno, que é voltado para microempresas e empresas de pequeno porte. Ele busca melhorar a qualidade dos produtos, além da gestão financeira, administrativa e de processos. Com um sistema de consultorias e treinamentos distribuídos em seis módulos de trabalho, o programa pretende expandir a capacidade gerencial dos empresários, trabalhando também com equipes de colaboradores na implementação de ferramentas e tecnologias para melhoria dos processos produtivos (ver quadro ao lado). Segundo Gualter Leitão, diretor regional do IEL no Pará, “o Procompi será o divisor de águas do setor de panificação”. Ele antecipa que o programa capacitará as empresas, desde os atendentes do público até os gerentes e funcionários ligados à produção serão preparados e qualificados para aperfeiçoar as rotinas de trabalho. “A cada ano o consumidor está muito mais exigente. O mercado atual exige qualificação e quem não acompanha esta evolução fica de fora”, alerta. “Ter uma variedade de produtos é fundamental, mas o consumidor não quer apenas uma grande oferta de produtos: ele exige também qualidade, bom atendimento e preços competitivos.”

presas no Pará e em outros estados: a falta de uma cultura de investimentos em tecnologia, aperfeiçoamento de processos, melhoria de padrão e qualidade dos produtos. Muitos estabelecimentos ainda funcionam como as pequenas padarias de décadas atrás, que tinham gestão eminentemente familiar, desatrelada das exigências do mercado. “Hoje em dia, as padarias não competem apenas com outras empresas do ramo. Existem outros grandes concorrentes, além de diversos fatores que influenciam na decisão de compra do consumidor”, afirma Emerson Amaral, diretor técnico do ITPC (Instituto Tecnológico da Panificação e Confeitaria), instituição selecionada para capacitar as empresas do Procompi.

No Pará, a profissionalização do setor da panificação é um grande desafio, principalmente em razão da ilegalidade no segmento. De acordo com o Sippa, existem no estado 2.185 empresas legalizadas com atividades em panificação e/ou confeitaria, sendo 743 delas em Belém. A estimativa

é de que existam três padarias informais para cada uma legalizada. Boa parte dos ilegais não dá bola para qualidade e excelência da produção. E a concorrência se torna desleal.

A história também joga contra a profissionalização. A arte da produção do pão é milenar. Passa de pai para filho. No Brasil, 90% das panificadoras são micro e pequenas indústrias, que em sua maioria são consideradas empresas familiares. Para completar, a qualificação de mão de obra é um entrave. De acordo com o Sippa, atualmente o mercado de panificação paraense gera mais de 8 mil postos de trabalho formal e informal. “Os profissionais não investem em capacitação. Os gestores estão preferindo formar profissionais que estejam dispostos a aprender e exercer a profissão com responsabilidade”, destaca o microempresário Jorge Pessoa, que há 17 anos comanda uma pequena panificadora no bairro do Médici, em Belém. Atualmente, ele possui cinco funcionários, entre eles sua esposa e o filho. ■

Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Pará

INDÚSTRIAS GRÁFICAS: SOB O SIGNO DO AMANHÃ

Em 2008, o Brasil comemorou 200 anos de indústria gráfica. São anos de lutas e conquistas. Além do papel destacado na organização geral da classe de operários gráficos, os dirigentes das indústrias gráficas também não descuidam da própria categoria e nem das questões de trabalho e dos produtos. Aliado ao crescimento se encontra a dedicação profissional que eleva a qualidade da impressão, conferindo aos impressos gráficos qualidade e beleza que fascinam as pessoas. Este setor tem uma história de sucessivas conquistas. Vale a pena relembrar um pouco os principais acontecimentos:

- Em 1922, a gráfica carioca Companhia Lithographica Ferreira Pinto adquire a primeira máquina de offset do Brasil. Só em 1924 o offset chega à São Paulo, pela Graphica Editora Monteiro Lobato, que mais tarde passaria o equipamento à São Paulo Editora. No mesmo período, chegam também às máquinas da Companhia Lithografica Ypiranga e da Litografia Artística. Em 1926, a Editora Pimenta de Mello & Cia. imprime Cinearte, a primeira revista brasileira em offset.

- Em 1984, o setor entra na era da informática, mas continua a luta contra a estatização. A indústria gráfica no estado do Pará tem mais de um século de história. Desde a invenção do papel, a tecnologia de impressão muito evoluiu. A indústria gráfica já é um setor de grande importância na economia nacional. É uma das mais tradicionais e se mantém produtiva no Estado, apesar das crises. Aliás, eram nas antigas gráficas que o processo de composição das matérias dos jornais era feito por meio de linotipo para depois ser impresso. Era um processo demorado e simples: as máquinas eram manuais, conhecidas como tipográfico, pois utilizavam as letras chamadas de tipos, com vários modelos, moldes e formatos. Depois começaram a surgir as máquinas automáticas.

- Uma das dificuldades destacadas no passado está relacionada à mão de obra. O funcionário gráfico precisava aprender a trabalhar. O ofício era ensinado pela geração antiga. O ensino era feito não somente sobre o trabalho nas máquinas, mas também sobre o acabamento, que no passado era a intercalação das notas fiscais. Por outro lado, a representação sindical melhorava. Me-



rece destaque que o Sindicato das Indústrias Gráficas foi um dos que participaram da formação da FIEPA.

- Os funcionários aprendiam tudo: cortar o papel, grampear, colecionar, encadernar, entre outros; e os serviços mais procurados eram notas fiscais, talonários de recibos, folhetos simples, no máximo com duas cores. Vale ressaltar que existiam também as peças chamadas clichês, onde era utilizado o desenho: gravava-se numa chapa de chumbo e depois transferia-se para impressão.

- Com o avanço da tecnologia, percebeu-se dois grandes desafios às indústrias gráficas: acompanhar os avanços impostos por força da modernidade ou permanecer na mesmice, estagnar. Fato notório foi que, ao mesmo tempo em que nos deparamos com a extinção de alguns setores que formavam as empresas gráficas, como

O setor gera mais de 200 mil postos de trabalho diretos no Brasil e, nos últimos 15 anos, investiu perto de US\$ 6 bilhões em máquinas, equipamentos e novas tecnologias

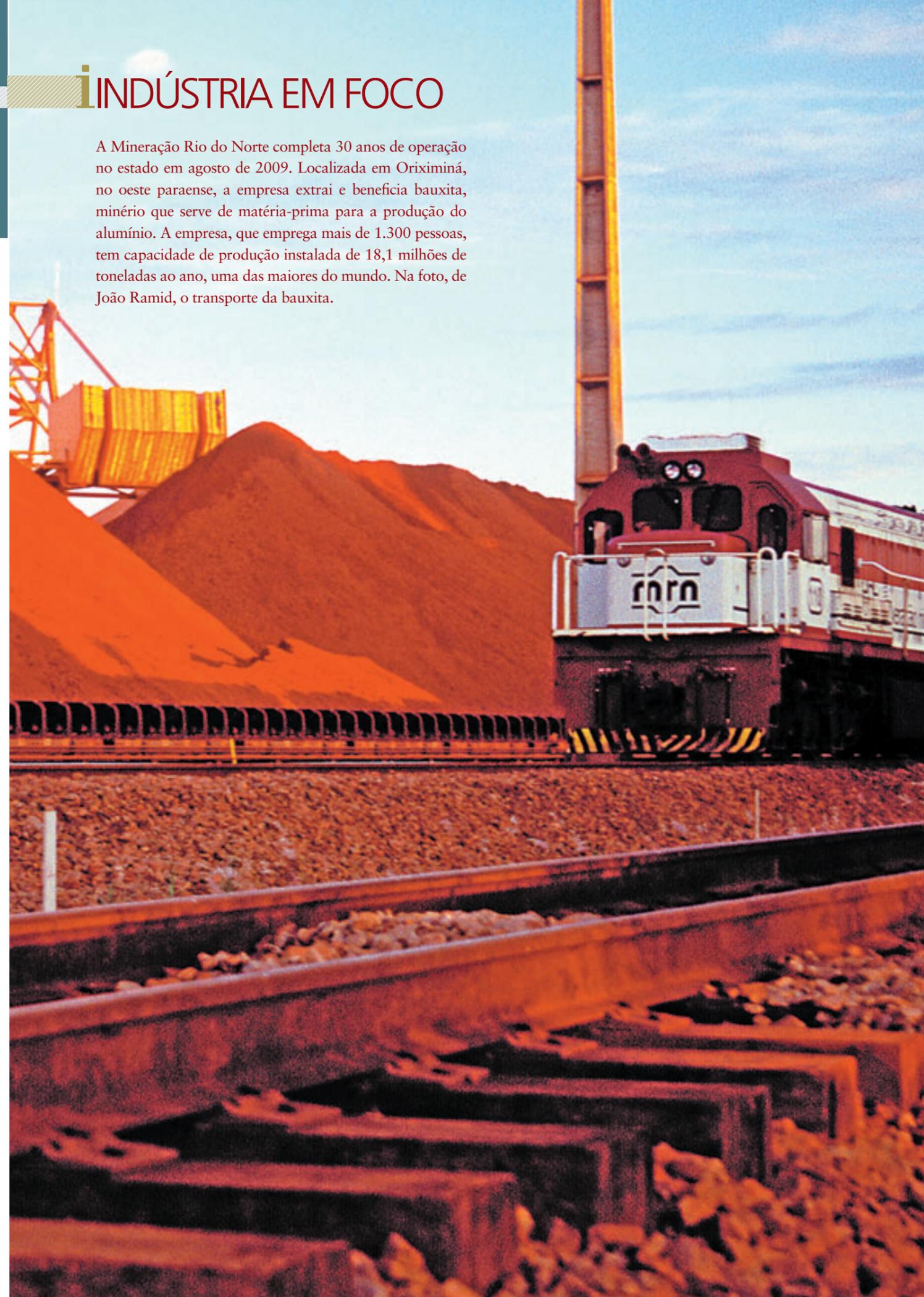
o de linotipistas e outros, também houve a abertura e a possibilidade de novas formas ágeis de impressão. Ou seja, ao mesmo tempo em que a informática eliminou algumas ordens de serviço, ela proporcionou agilidade no processo de impressão, permitindo que as gráficas apresentem serviço de qualidade com rapidez.

O Pará tem hoje mais de 200 gráficas, mas apenas cerca de 30 são sindicalizadas. O momento urge fortalecer o sindicato e torná-lo mais atuante. Isso só será possível se houver participação e integração das não sindicalizadas. O grande desafio que a sociedade propõe aos empresários gráficos é aliar novidade, tecnologia e criatividade aos preços acessíveis, uma vez que as gráficas do Pará apresentam avanços tecnológicos tal qual de outros estados.

A crise atingiu o setor, isso é inegável, mas até agora houve pouca demissão nas empresas. A indústria gráfica mantém a qualidade de seu potencial e é uma das que mais valoriza a mão de obra nesse país. Fruto de toda esta história, o produto gráfico paraense tem atualmente qualidade e preços similares aos melhores do Brasil. ■

i INDÚSTRIA EM FOCO

A Mineração Rio do Norte completa 30 anos de operação no estado em agosto de 2009. Localizada em Oriximiná, no oeste paraense, a empresa extrai e beneficia bauxita, minério que serve de matéria-prima para a produção do alumínio. A empresa, que emprega mais de 1.300 pessoas, tem capacidade de produção instalada de 18,1 milhões de toneladas ao ano, uma das maiores do mundo. Na foto, de João Ramid, o transporte da bauxita.





PRÊMIO CNI 2009

GRANDES IDEIAS GERAM GRANDES VITÓRIAS.

O Prêmio CNI é um reconhecimento às iniciativas que fazem o setor industrial crescer com sustentabilidade. Podem participar micro, pequenas, médias e grandes organizações de todo o país. Adicione essa vitória ao seu currículo. Inscrições de 1º de julho a 14 de setembro.

Categorias: Inovação e Produtividade / Desenvolvimento Sustentável / Design

www.cni.org.br/premiocni

CNI
SESI
SENAI
IEL

CNI